



A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - nº 191 - 2 de agosto de 2000 - R\$ 1,00

CPI para apurar e punir a corrupção no governo FHC!



Uma grande orquestração da elite impede as revelações mais contundentes acerca da podridão oculta nos bastidores do Planalto, visando proteger Fernando Henrique Cardoso e suas relações perigosas com Eduardo Jorge. O governo de FHC está sendo marcado por uma sucessão de escândalos, como os do Sivam, da privatização da Telebrás, da quebra do Banco Nacional, da desvalorização cambial, dentre outros.

A oposição exige uma CPI para apurar o mais instigante desatino, que durou 17 anos e envolve o homem que cuidava das contas bancárias do presidente, Eduardo Jorge Pereira Caldas. A intimidade era de tal sorte que FHC assinava documentos sem lê-los. A elite brasileira investe numa suposta honestidade de FHC. PCdoB e PSB divulgaram nota alertando que "já tentam o Palácio do Pla-

nalto e seus líderes parlamentares iniciar uma operação de abafamento". E destaca que verbas públicas "eram moeda de troca para conseguir ou tentar conseguir decisões judiciais favoráveis aos desígnios da política governamental e em detrimento de legítimos interesses trabalhistas".

No dia 1º de agosto o deputado Haroldo Lima (PCdoB/BA) denunciou na Câmara a gigantesca operação, montada pessoalmente por FHC para impedir a instalação da CPI: "A oposição vai exhibir, em todo o país, painéis com o nome de todos os que se recusarem a assinar o pedido de instalação da CPI. Quem não deve, não teme. Quem teme a verdade não merece o voto da população para dirigir o destino de nossas cidades, do nosso país" avisou o parlamentar.

Página 3

A orientação do PCdoB para a fase decisiva das eleições

O Comitê Central do PCdoB reuniu-se em São Paulo, analisou a situação internacional e nacional e aprovou uma série de orien-

tações para a campanha eleitoral. Na reunião a delegação de comunistas que foi à China fez um relato sobre a viagem e os contatos

com o PCCh e o Partido expressou sua solidariedade e apoio à luta do povo chinês para construir o socialismo.

Páginas 6 e 7

Classistas querem mais democracia na CUT

A Corrente Sindical Classista (CSC) participa do 7º Congresso da Central Única dos Trabalhadores com sua maior bancada desde que ingressou na Central. "Estamos com três objetivos básicos para esse Concut", diz Wagner Gomes, do Comitê Central do PCdoB e coordena-

dor da CSC. "Pretendemos levar a CUT a um combate mais arrojado ao governo de FHC e ao neoliberalismo; defendemos o aprofundamento da democracia interna na Central; e vamos batalhar pelo resgate dos sindicatos inadimplentes".

Página 9

Princípios denuncia a dívida externa

A edição 58 de *Princípios* apresenta análise de Leicio Morais sobre o real após a desvalorização e as possíveis tendências de nossa economia – se continuar a atual política de FHC de manutenção da estratégia de financiamento das contas externas, a estagnação e a instabilidade devem persistir. O endividamento externo também é abordado por Gilberto Maringoni, que descreve os ciclos de endividamento a que o país foi submetido e fundamenta o plebiscito popular que será feito para fortalecer a campanha contra a dívida. Celso Furtado afirma que a atual globalização não contribuiu para reduzir as desigualdades no mundo e deverá assumir uma forma essencialmente antidemocrática.

Princípios publica também "A esquerda, a China e o impe-



rialismo", em que o professor italiano Domenico Losurdo descreve a luta do povo chinês para se libertar do jugo e atrocidades das potências imperialistas e seu esforço para construir um país soberano.

Ainda em *Princípios*: José

Carlos Ruy enfoca os pensamentos divergentes de Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso; Raul Carrion analisa a trajetória de Mauá; Paula Beiguelman descreve a estratégia das montadoras e a luta dos metalúrgicos; Zillah Branco homenageia os 100 anos do deputado comunista Catullo Branco; o deputado federal Haroldo Lima (PCdoB/BA) registra a vida e obra de Anísio Teixeira, e Marilena Chaui conceitua a universidade hoje; o presidente de honra da SBPC, Aziz Ab'Saber, propõe caminhos para a juventude; e Marcelo Ramos contradiz a proposta de redução da maioria penal.

Pedidos para Editora Anita Garibaldi, rua Monsenhor Pasalacqua, 158, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone 11 3266-4312, endereço eletrônico: livraria@anitagaribaldi.com.br

Mulheres em luta

No próximo dia 10 de agosto, Dia Nacional de Luta das Mulheres pela Reforma Agrária e contra a violência no campo, será realizada em Brasília a *Marcha das Margaridas*, dentro das atividades da Marcha Mundial de Mulheres e em homenagem à Margarida Alves, sindicalista assassinada na Paraíba, em 12 de agosto de 1983. Deverá ser a maior mobilização de trabalhadoras rurais realizada no país, com a previsão de cerca de 20 mil participantes.

A coordenação geral da Marcha elaborou um documento contendo as principais reivindicações, que será entregue aos poderes Legislativo, Executivo



e Judiciário em audiências nos dias 9 e 11 de agosto. Ficou definido o dia 17 de outubro, data em que se encerra a Marcha Mundial de Mulheres 2000, para uma resposta às reivindicações encaminhadas.

A União Brasileira de Mulheres (UBM) conchama as companheiras a se somarem a esta grande mobilização das trabalhadoras brasileiras!

NACIONAL

Pela culatra

ALOYSIO BIONDI

Há bem uns cinco anos, pega muito bem, entre os *new journalists*, fazer charme (e toca a faturar), representar o gênero do “desencanto com o jornalismo” (e toca a comprar mansão), dizer que “quem manda é a empresa jornalística” (e toca a faturar), “o jornalista é impotente, só obedece” (e toca a comprar carrão), “nossa profissão é uma merda” (e toca a frequentar restaurantes de luxo, com assessores de governo). O conformismo, a falta de indignação, a cumplicidade com o governo e os interesses econômicos foram a mensagem constante que, nos últimos cinco anos, os adeptos do “novo jornalismo” transmitiram às gerações de jovens que escolheram a imprensa como seu caminho na vida.

Desalentados, os jovens se curvavam à pretensa “voz da experiência”. Marginalizados, os mais velhos se dobravam ao “realismo dos chefes”. De repente, nas últimas semanas, esse panorama sombrio de submissão, responsável em grande parte pelos desmandos do governo FHC, foi riscado por alguns clarões. O estopim, ou a gota d'água, foi a sórdida manipulação do noticiário contra o MST e, em São Paulo, contra os professores e funcionários grevistas.

Há bem cinco anos, jovens repórteres e estudantes de jornalismo repetiam a mesma toada conformista, desalentada, ouvida dos mais velhos. De repente, pela primeira vez em cinco anos, professores viram alunos ressuscitarem frases, tomarem atitudes que eram frequentes nos tempos do *old journalism*, pré-FHC: “essas matérias são nojentas... eu não assino uma coisa dessas nem que me demitam...” Pela primeira vez em cinco anos, o não-conformismo, a indignação de volta.

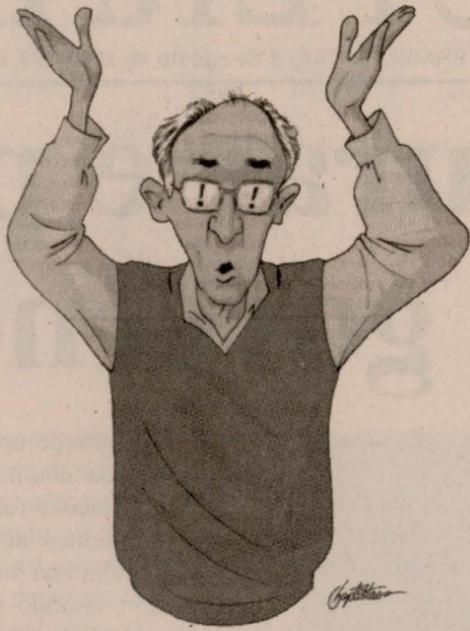
Pela culatra. Foi assim o tiro de canhão preparado no Planalto contra o MST, ou no Palácio dos Bandeirantes contra os professores e funcionários grevistas de São Paulo. A reação não se limitou aos jovens. A indignação e o não-conformismo descobriram o caminho da Internet. Mensagens narrando histórias sujas de bastidores sobre a manipulação contra o MST ou episódios equivalentes passaram a circular via Internet, dando nome aos bois, ou melhor, aos jornalistas carneiros do rebanho do Planalto. Foram cinco anos de silêncio. Cinco anos em que os discordantes se dobraram sob o aparente triunfo dos adeptos do *new journalism*, contaminados eles próprios por uma sensação de impotência, “dinossauros” soterrados por uma avalanche esmagadora de lagartixas.

Milton Santos, presente!

A direção estadual do Partido Comunista do Brasil registra com profundo pesar o falecimento do engenheiro Milton Santos, pai de nossa companheira deputada Luciana Santos.

Antigo militante da causa da liberdade e do socialismo, engenheiro eletricista, funcionário público e professor universitário, tendo ocupado funções de direção na Empresa de Obras do Recife e na Universidade Católica de Pernambuco, sempre pautou sua conduta pelo rigor ético e profissional e pela defesa dos interesses do povo.

Profundamente abalados com a per-



Como era previsível, esse renascer da imprensa já está dando origem a uma contra-ofensiva dos “lagartixas”, temerosos de um movimento organizado, capaz de mobilizar as redações, unindo estudantes e “dinossauros” (cuja idade não é medida pela data de nascimento, mas sim pelos seus padrões ditos antiquados de comportamento ético e crença no jornalismo).

O argumento mais utilizado nessa contra-ofensiva vem edulcorado com pretensas preocupações democráticas, afirmando-se que esse processo de denúncia de manipulação de material jornalístico, a serviço do governo e/ou grupos econômicos, traz o risco de transformar-se em uma “caça às bruxas”, com eventuais injustiças contra “colegas”. Defende-se a permanência do silêncio coletivo dos últimos cinco anos. Defende-se o conformismo dos jovens castrados e dos “velhos profissionais” aviltados. Defende-se a manipulação da opinião pública, as manchetes distorcidas, as notícias escondidas, o abafamento dos escândalos que só vêm à tona quando (e enquanto, e enquanto) interessa a grupos econômicos “deixados de lado” nos negócios da China, a ocultação dos prejuízos de 13 bilhões de reais do Banco Central e os 15 bilhões despejados no Banco Nacional, a vergonhosa entrega dos trilhões de reais do petróleo brasileiro a multinacionais. Defende-se o silêncio sobre o genocídio, o assassinato em massa que vem sendo cometido em nome do ajuste fiscal. Defende-se o silêncio enquanto a grande imprensa é cúmplice do saque sem precedentes que o Brasil vem sofrendo.

“Caça às bruxas”? “Colegas” ???
O que é isso, cara pálida?

* último texto, publicado na revista Bundas, do jornalista Aloysio Biondi, morto dia 21 de julho, aos 64 anos

da de tão querido e valoroso companheiro de luta, os militantes comunistas manifestam a sua solidariedade à companheira Luciana Santos, seus familiares e amigos.

O PCdoB inclina suas bandeiras vermelhas em sentida homenagem ao companheiro Milton, que viverá para sempre na memória de todos os que prosseguem na luta por um Brasil soberano, democrático e socialista.

Recife, 14 de julho de 2000

A direção estadual do PCdoB

Mens@gens

Através de seu endereço eletrônico (classeop@ruralsp.com.br; <http://www.pcodob.org.br>) e de cartas à redação (rua Adoniran Barbosa, 53, São Paulo, SP, CEP 01318-020), A Classe recebe diariamente uma série de mensagens, das quais apresentamos alguns resumos. Todas as mensagens são respondidas aos seus autores. No caso das mensagens enviadas com o endereço eletrônico, os autores passam a receber materiais e opiniões do Partido, via correio eletrônico.

Tadeu T: FHC foi eleito não para mandar baixar o cassetete nos indefesos e desarmados populares (paus e pedras contra bombas de efeito moral e balas de chumbo, não, de borracha, mas, também mata), que o ajudaram a reeleger-se! Que tais arrogâncias empáfias não fiquem sem respostas nas urnas, traduzidas em votos contrários aos seus “aliados” (mesmo os de última hora), os conhecimentos velhos e fisiológicos da política!

Antonio P: Nossa cidade sempre foi considerada como curral eleitoral do Sr. Antonio Carlos Magalhães e de seus coligados. Nesse clima, eu juntamente com outros jovens dessa cidade fundamos o PCdoB com a principal intenção de termos um Partido com força o suficiente para, nas eleições de 2002, levar votos para as legendas da esquerda.

Cristiane S: Estou mandando este e-mail porque estou afim de receber notícias do Partido, UJS e UBM por e-mail! Beijos revolucionários!!

Jefferson F: Vamos juntos lutar contra essa política injusta que destrói o nosso país, matando pessoas de fome e de desespero e os próprios não percebem isso, fruto da alienação que o capitalismo constrói. Vamos seguir juntos com união, força e sangue nessa luta.

Cristiano G: É um grande prazer estar entrando em contato com o Partido, porém quero fazer muito mais.

Margarida C: Somos um grupo de opinião, um grupo cultural e principalmente visamos ao intercâmbio, ao diálogo com os povos de língua portuguesa. Sempre que tiverem matérias de interesse relacionados com direitos humanos, movimentos comunitários, língua portuguesa e intercâmbios com outros povos, solicito que me enviem.

Sandro M: Tendo em vista as eleições municipais, coloco o muro da minha residência disponível para pichações.

Nilton S: Gostaria de receber comentários semanais sobre atividades do Partido, nacionais e internacionais.

Rodrigo P: Sou advogado e gostaria que vocês me enviassem mais dados sobre a ADIN que o PCdoB interpôs no STF contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Juliana S: A página tem ajudado muito na minha militância, continuem com novidades.

Jefferson: Gostaria que me enviassem o histórico de seu partido, seus objetivos e fundamentos. Preciso desses dados para fins escolares.

Luiz F: Parabéns pelo site! O melhor dos sites entre os partidos políticos!

Weston S: O PCdoB é o mais antigo e melhor partido do Brasil.

Walter C: Os partidos de esquerda têm de botar o FHC pra correr. Esse FHC tá matando o povo de fome e de desemprego.

Ricardo J: Vejo de maneira muito positiva a participação do Partido nestas eleições municipais.

Hildebranco J: Comovente a homenagem histórica do PCdoB ao eterno jornalista Barbosa Lima Sobrinho, merecedora de ampla divulgação.

Alexander R: Sou recém filiado ao PCdoB e gostaria de ficar a par de tudo o que diz respeito ao Partido.

Zilda Q: A página está ótima, sempre que posso consulto para saber novidades sobre o PCdoB.

Neyla M: Gostaria de saber se vocês têm o número de pessoas atingidas pela fome no Brasil e no Ceará nos anos de 1998, 1999 e 2000.

Nésio J: Como militante estudantil queria ver artigos sobre educação no site do Partido.

Swamy S: Gostei muito da página do PCdoB e gostaria de receber o livrete que conta a história do partido, que é uma aula de história política do Brasil.

Frederico F: Apesar da pouca idade gosto dos princípios socialistas e comunistas, e gostaria de receber pelo e-mail discursos de celebridades como Lenin, Fidel, Marx, Stalin e Mao.

Maria T: Algum tempo atrás fiz minha filiação. O meu interesse é verdadeiro, quero realmente me filiar e poder participar.

Thais S: Gostaria muito de me filiar e ajudá-los. A página do Partido está ótima!

Paulo P: Sensacionais os resultados da visita do Partido à China.

Meilton A: É possível explicar o consenso de Washington?

Carlos M: Gostaria de parabenizá-los pelo trabalho realizado pelo jornal *Classe Operária*, também solicito que me enviem as comunicações do Partido.

João F: Este é um momento importante no país em que a escalada da corrupção e os desmandos governamentais poderão trazer um fortalecimento da oposição e um retorno ao respeito ao povo brasileiro, tão destituído de sua dignidade.

Maria S: Esta página está muito legal. A qualidade dos textos e quantidade de informações é muito boa. É disso que o povo precisa: informação correta e não a enganação que passa nas TVs no dia-a-dia.

Jair S: Muito interessante a homepage do nosso grandioso Partido.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Edvar Bonotto e Luciano Pereira de Menezes (arquivo). Edição Eletrônica: Sandra Luiz Alves. Administração: Franczyrose de Andrade Matarazzo.

Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran-Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 011 3108-0412 - PCdoB na Internet: <http://www.pcodob.org.br> - Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

NACIONAL

Crise de governo à vista

LUIZ CARLOS ANTERO

Que mantém este outro Fernando Henrique Cardoso na Presidência, impune, é uma grande orquestração da elite brasileira que restringe o poder de fogo da grande mídia e impede as revelações mais contundentes acerca da podridão oculta nos bastidores do Planalto. O grande capital, estreitamente vinculado à globalização neoliberal e aos seus agiotas e especuladores planetários, encontrou em Fernando Henrique a fisionomia mais acabada do Executivo para suas tenebrosas transações e não pode atirá-lo à fogueira.

Os dois governos de FHC estão sendo marcados por uma sucessão de escândalos que apenas vieram à tona superficialmente. Como no caso do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que envolveu seu amigo e chefe do cerimonial, embaixador Júlio César, hoje premiado com a embaixada brasileira na FAO, em Roma. Ou no caso da compra de votos de parlamentares por R\$ 200 mil, entre outras moedas de troca, para assegurar a aprovação da emenda constitucional que assegurava a reeleição. Ou no caso da privatização do Sistema Telebrás, com as gravações telefônicas que mostraram um pouco das negociações em torno do patrimônio público brasileiro, expondo outros participantes da equipe de primeiros amigos de FHC, a exemplo de Luiz Carlos Mendonça de Barros e André Lara Rezende, além, claro, do próprio presidente.

FHC dou mais de R\$ 20 bilhões a banqueiros para cobrir seus cheques sem fundo, destacando-se os proprietários do Banco Nacional, entre os quais sua então nora. Contudo, foi agora incriminado por Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central e principal patrocinador do banqueiro foragido Salvatore Cacciola, dono do banco Marka. Depondo na 6ª Vara Federal Lopes revelou que FHC e o ministro Pedro Malan foram informados dos problemas na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) às vésperas da desvalorização cambial, durante um almoço no Palácio da Alvorada, em 14 de janeiro de 1999, três dias antes da autorização para a operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam, que leu os cofres públicos em R\$ 1,574 bilhão. Depois disso, FHC ainda indicou Teresa Grossi, indicada no mesmo processo, para a diretoria do BC.

Inúmeros outros fatos exibem a profunda sangria dos cofres públicos e dos investimentos internos. É exemplar o processo de evasão de divisas para contas bancárias no exterior, na forma das chamadas "Contas CC-5". FHC fez vistas grossas às roubalheiras em relação a escândalos como o do Ministério dos Transportes, de Eliseu Padilha, e às bandalheiras do saltitan-



FHC com Eduardo Jorge

te Rafael Grecca na Cultura e Turismo. Da nau capitânea à Feira de Hannover, num escândalo que envolveu seu filho Paulo Cardoso (responsável pelo pavilhão), FHC está literalmente submerso num mar de lama de corrupção.

O governo quer impedir uma CPI para apurar o mais instigante desatino, que durou 17 anos e envolve o homem que cuidava das contas bancárias do presidente, Eduardo Jorge Pereira Caldas. A intimidade era de tal sorte que FHC assinava documentos sem lê-los.

A elite brasileira investe numa suposta honestidade de FHC. Difícil é explicar à população que o presidente tem o perfil híbrido de um ser que não rouba e não combate o roubo.

A CPI da oposição

Não faltam "fatos determinados" que justifiquem constitucional e regimentalmente a formação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso. Essa constatação motivou um novo e salutar patamar de unidade dos partidos de oposição (PT, PDT, PSB e PCdoB), que se reuniram inicialmente na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, para examinar a abertura de uma CPI que pretende investigar de início as ligações de Eduardo Jorge com o juiz Nicolau dos Santos Neto (edição 190 da Classe).

O foco da investigação proposta buscará as evidências que desvendam os subterrâneos do governo neoliberal. Mas deverá, inicialmente, tratar do episódio relacionado aos desvios na construção do prédio do TRT de São Paulo e das revelações em torno do ex-secretário-geral da Presidência.

FHC é responsável por muito mais do que isso. E vai envolvendo seus amigos e correligionários. Um deles é o governador paulista Mário Covas, após as denúncias sobre intermediação de Eduardo Jorge nos negócios realizados pela Companhia de Seguros Gerais do Estado de São Paulo (Cosesp). Os fatos alimentam um pedido de CPI na Assembléia Legislativa acerca da parti-

cipação do Grupo Meta, de Eduardo Jorge, na transferência, sem licitação, de 99,9% da carteira de seguros de automóveis da Cosesp para a Sul América Seguros, e do caixa de campanha de Covas, que envolveria empresas de consultoria, de publicidade e a Cosesp na campanha eleitoral de 1998. O Ministério Público convocou o ex-presidente da Cosesp, José Maria Monteiro, tesoureiro da campanha de Covas, que teria assumido a presidência da Cosesp por indicação de Eduardo Jorge.

O FMI e o Judiciário

Indiciado por vários crimes contra os cofres públicos, preso até recentemente na Polícia Federal, o empresário Fábio Monteiro de Barros, ligado ao senador cassado Luiz Estevão e à construção do prédio do TRT, lembrou que o juiz Nicolau dos Santos foi um homem do regime militar durante toda a ditadura no apoio financeiro ao DOI-CODI. Disse ainda que o senador Romeu Tuma, que estava à época no DOPS, tratava o juiz como "chefe", além de ser "muito amigo".

Barros mencionou três encontros com FHC, inclusive no exato dia em que o Ministério Público decretou a indisponibilidade de seus bens. Noutra ocasião, em Paris, apresentou FHC ao presidente do grupo Calberson, um dos maiores da área de logística na Europa. Barros revela que seu avião serviu inúmeras vezes a personagens como o governador Mário Covas, entre outras eminências.

O empresário Monteiro de Barros é a própria voz da nata da elite brasileira e explica tudo sobre as circunstâncias da construção do prédio do TRT: "Nós estávamos na hora certa, no lugar certo, no momento certo. O presidente fez um acordo com o FMI, que falou o seguinte: 'Eu não posso investir em país que não tenha um Judiciário eficiente porque a taxa de juros deste país fica muito elevada.' Se o investidor põe US\$ 10 milhões, você me hipoteca a sua fábrica e não me paga, quero tomar sua fábrica em dois meses. Se eu tiver que ficar 20 anos para tomar sua fábrica, o custo do meu dinheiro por causa do risco é tão grande que não vou ver vantagem. Então o FMI quer um Judiciário eficiente".

Monteiro de Barros considera que o juiz Nicolau dirá que realmente bancou o Plano Real: "Já pensou que o Eduardo Jorge ficou a noite inteira no telefone assim: 'O senhor tem que desmanchar a greve de ônibus em São Paulo, tem que fazer com que a greve no porto de Santos dê reajuste zero, o tribunal tem que julgar a greve ilegal para entrar a polícia e desmontar.' No dia seguinte, o juiz diz: 'Agora você me ajuda'. Eu vi o juiz dizer: 'É uma questão de a gente segurar o país ou não. Se a gente quiser, quebra o país outra vez.'"

PCdoB e PSB exigem CPI

SÉRGIO MIRANDA
e ALEXANDRE CARDOSO*

Um novo escândalo abala o governo Fernando Henrique Cardoso. Fatos que vêm sendo apurados pelo Ministério Público, pela CPI do Poder Judiciário e pela Imprensa mostram as ligações do ex-secretário geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas, com o esquema de liberação de verbas públicas para a obra superfaturada do TRT de São Paulo, sua associação com o ex-juiz Nicolau Santos Neto com intuito confessado de nomear juizes afinados com a política governamental e, pior, de influenciar decisões judiciais em benefício de objetivos do Plano Real e em detrimento de interesses trabalhistas.

A primeira reação do Palácio do Planalto foi de silenciar sobre sua ingerência indevida na Justiça do Trabalho e declarar sua total inércia frente à execução orçamentária do Poder Judiciário, que seria feita de forma totalmente vinculada, não cabendo ao Poder Executivo nenhuma ação discricionária. Com isso, defendia de maneira oblíqua o seu ex-secretário Eduardo Jorge, demonstrando que, como ele não podia interferir no processo, não poderia ser, *ipso facto*, denunciado como cúmplice do desvio de verba. Felizmente tal declaração inconsciente já foi totalmente desmoralizada pela imprensa ao publicar amplamente os inúmeros documentos assinados pelo próprio presidente da República e seus ministros pleiteando ou providenciando novas e maiores dotações para a obra do TRT-SP.

Por outro lado, já tentam o Palácio do Planalto e seus líderes parlamentares iniciar uma operação de abafamento, visando obstruir a constituição de

uma nova comissão parlamentar de inquérito reivindicada pela oposição, para investigar este novo escândalo que parece envolver diretamente a própria Presidência da República.

A bancada do Bloco Parlamentar formada pelo Partido Socialista Brasileiro e pelo Partido Comunista do Brasil na Câmara dos Deputados considera gravíssimos os fatos até agora vindos a público. Graves são as denúncias e as evidências do conluio formado pelo ex-juiz do TRT-SP e por autoridades de dentro da Presidência da República, visando garantir verbas para uma obra já sabidamente irregular e sob suspeita. Graves são as manobras do Planalto que, para defender seu ex-secretário geral, tentam confundir a opinião pública sobre a verdade dos fatos.

Porém mais grave ainda são as evidências de que tais verbas eram moeda de troca para conseguir ou tentar conseguir decisões judiciais favoráveis aos desígnios da política governamental e em detrimento de legítimos interesses trabalhistas. Consideramos essa ingerência mais um exemplo de como o governo Fernando Henrique Cardoso, desde o seu primeiro mandato, no afã de implementar as reformas político-institucionais do seu projeto neoliberal para o Brasil, lançou e vem lançando mão de práticas que vêm degradando a política nacional, contaminando até o Poder Judiciário.

Por isso consideramos que esta inédita denúncia de ingerência do Poder Executivo na Justiça do Trabalho deve ser um dos objetivos declarados da CPI pretendida pela oposição no Congresso Nacional

Brasília, 14 de julho de 2000.

*Líderes do PCdoB
e do PSB na Câmara Federal

Politizar a campanha para levar Benedita ao 2º turno no Rio

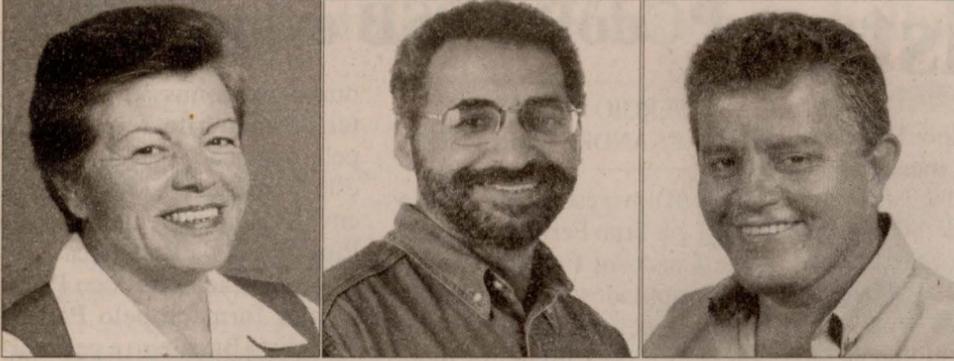
WEVERGTON BRITO LIMA

As pesquisas de opinião apontam que César Maia e Conde lideram as intenções de voto para a Prefeitura do Rio de Janeiro, mas um grande contingente de indecisos pode mudar o rumo e levar a chapa da Coligação Rio Gente (Benedita-Milani - PT/PCdoB) ao segundo turno. Isso passará por uma postura e um discurso mais incisivo de Benedita na denúncia ao projeto neoliberal, desmascarando Conde (PFL) e César Maia (PTB) como representantes de FHC e propondo novos caminhos para a cidade. Benedita tenta consolidar o voto popular e ampliar o voto de opinião. Tem sido recebida com entusiasmo nas áreas populares.

O PCdoB apresentou 201 candidatos a vereador em 53 municípios no Estado do Rio de Janeiro. Todos os candidatos prioritários têm o número 65123. Na capital o Partido tem como principal tarefa reeleger Fernando Gusmão e ampliar em mais um sua bancada.

Na capital, o lançamento da campanha de Gusmão reuniu cerca de mil pessoas numa feijoada em Botafogo. Luis Chaves, presidente licenciado do Sindicato dos Metalúrgicos, teve sua candidatura lançada com uma grande festa dia 28 reunindo cerca de 800 pessoas. Roberto, da Força Jovem do Vasco, e Beto, do Salgueiro, também fizeram lançamentos massivos. Também tiveram destaque os atos de lançamento dos camaradas Quintão (Niterói) e Paulo Maia (Teresópolis).

ELEIÇÕES



Ana, Cláudio e Amazonas, candidatos comunistas na capital paulista

Boas perspectivas para a esquerda em SP

CLÁUDIO GONZALEZ

Além da capital paulista, candidatos de esquerda lideram nas pesquisas de intenção de voto em cidades importantes como Santos, Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Mauá, Bauru, Diadema, Santo André. O processo de conferências do PCdoB no Estado de São Paulo mobilizou 5.592 militantes. Em 1999 foram cerca de 4.800 e em 97, ano da conferência do 9º Congresso, foram mobilizados 4.192 filiados. Isso mostra um ascenso gradativo e contínuo na capacidade de envolvimento do coletivo partidário em processos desse tipo. Foram consolidados 333 organismos de base em 58 municípios dos 116 que realizaram conferências.

Na maioria das cidades seguiu-se a tática de concentração e coligação, buscando lançar apenas as candidaturas com maiores possibilidades de eleição. Em 1996, o PCdoB elegeu 12 vereadores no Estado.

Segundo Jairo José, secretário de Organização do Partido, "os militantes precisam pôr a campanha nas ruas, produzindo atividades que contribuam para a sua politização, sem artificialismo, vinculando a batalha eleitoral com as lutas sociais e as mobilizações dos trabalhadores. Isso sem descuidar do necessário avanço em nossa estruturação durante a campanha, procurando aglutinar setores envolvidos e novos militantes."

Saída à esquerda

O desgaste das forças políticas de direita no Estado deu um novo fôlego para a oposição. Candidaturas de esquerda vêm conquistando a simpatia do eleitorado graças às experiências positivas de administrações atuais e passadas em cidades como Santos, Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Bauru, Diadema, Mauá, Santo André, São Paulo.

A capital é responsável por US\$ 107 bilhões do PIB nacional (1996), com uma renda per capita de 10 mil dólares anuais e uma concentração industrial que representa 57% do Estado (78,7% das de alta tecnologia), cerca de 10 milhões de habitantes e o terceiro orçamento do país. Em 8 anos de governo, Paulo Maluf e Celso Pitta triplicaram a dívida da cidade. São Paulo deve hoje R\$ 16 bilhões, mais de duas vezes o orçamento municipal, que é de R\$ 7 bilhões ao ano.

O PCdoB e o PT se uniram na eleição em apoio à candidatura de Marta Suplicy para a Prefeitura. São os dois mais fortes e atuantes partidos de esquerda na cidade. Representam o que

de mais expressivo e avançado existe na capital em termos de luta social organizada junto aos trabalhadores, aos movimentos populares, à juventude e à intelectualidade. A candidatura de Marta possui alta capacidade de ampliação para os setores democráticos. Na pesquisa feita pelo Datafolha, ela aparece na frente dos demais candidatos em todos os bairros.

Para Walter Sorrentino, presidente estadual do PCdoB, "quem pode sustentar uma renovação - política, administrativa, social e cultural - na cidade são as forças de esquerda, cuja base social é não só o movimento popular, mas também os setores médios, técnicos e produtivos. São os que almejam uma São Paulo melhor para se viver e conviver, trabalhar e divertir-se, progredir - enfim, ter qualidade de vida."

A candidatura da ex-prefeita Luiza Erundina (PSB) vem se mantendo em empate técnico com Paulo Maluf no segundo lugar das pesquisas e busca se legitimar como representante das forças progressistas. Para isso foi buscar o apoio do PDT e do PPS. Mas, por outro lado, costura alianças à direita numa tentativa de ocupar o espaço dos tucanos, já que o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin (que está coligado com o PTB e outros partidos menores) não consegue decolar devido ao grande desgaste de Covas e FHC, que são seus principais "cabos eleitorais".

As forças de direita se apresentam com as candidaturas de Maluf, pelo PPB, e do senador Romeu Tuma, pelo PFL (coligado com o PMDB). Ambos apelam para a preocupação número um dos paulistanos: a segurança.

Aumentar a bancada do PCdoB

Segundo resolução aprovada na Conferência Municipal do PCdoB da capital, ao lado da vitória da chapa majoritária, o objetivo é eleger 3 vereadores: "É um grande desafio para o Partido, mas é também uma necessidade para que possamos corresponder num grau mais elevado às exigências da luta do povo de uma grande metrópole como São Paulo, para fincar a presença dos comunistas no cenário político local e nacional, e ter melhores condições para o crescimento partidário, elemento indispensável para o avanço da luta socialista." O Partido lançou as candidaturas de Ana Martins (que sai em busca do seu terceiro mandato), do professor Cláudio Fonseca (presidente do Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município) e de Alcides Amazonas (secretário-geral do Sindicato dos Condutores).

Campanha pega ritmo em Minas

ZITO VIEIRA*

Em Minas Gerais prevaleceram acordos de coligações favoráveis para o PCdoB. Foram lançados 173 candidatos a vereador, em 50 municípios de todas as regiões do Estado (em 1996 foram 75 candidatos em 42 municípios). As conferências municipais reuniram 2.246 militantes, um acréscimo de 66,4% ao processo passado. Os comunistas estão com um candidato a prefeito e um a vice. A maioria das coligações foram efetivadas com os partidos que compuseram a *Frente Brasil Popular* em 89 (PT, PSB, PV).

Em 1996 o Partido elegeu 10 vereadores. A meta agora é dobrar essa bancada.

Campanha começou

Os candidatos do Partido estão priorizando visitas a apoiadores e os lança-

mentos das candidaturas em categorias e em setores sociais. No geral os lançamentos têm sido massivos e com boa representatividade política, como ocorreu em Belo Horizonte, Betim, Contagem, Lavras, Montes Claros, Uberlândia e Uberaba.

Em Belo Horizonte a campanha apresenta quatro candidaturas majoritárias principais: Célio de Castro (PSB, PT, PCdoB, PCB, PPS, PAN, PTdoB, PTN, PSC), João Leite (PSDB), Cabo Júlio (PL, PFL) e Maria Elvira (PMDB, PDT).

Na capital a coligação proporcional do PCdoB é com o PSB e PCB, tendo sido lançado 11 candidatos a vereador, criando-se condições reais para a reeleição de Jô Moraes e Paulão - parlamentares que conquistaram prestígio e respeito pelas suas atuações em defesa dos trabalhadores e do Brasil.

*secretário de Organização

Mais de 200 candidatos a vereador pelo PCdoB na Bahia

O PCdoB na Bahia escolheu, em 108 conferências municipais, mais de 200 candidatos a vereador, pelo menos três candidatos a prefeito e quatro a vice. O Partido tem candidatos em todos os municípios com mais de 100 mil eleitores e em quase todos com mais de 50 mil. Em relação às eleições municipais passadas, quase dobrou o número de candidatos e cresceu em mais de 50% quanto ao número de municípios em que concorrerá.

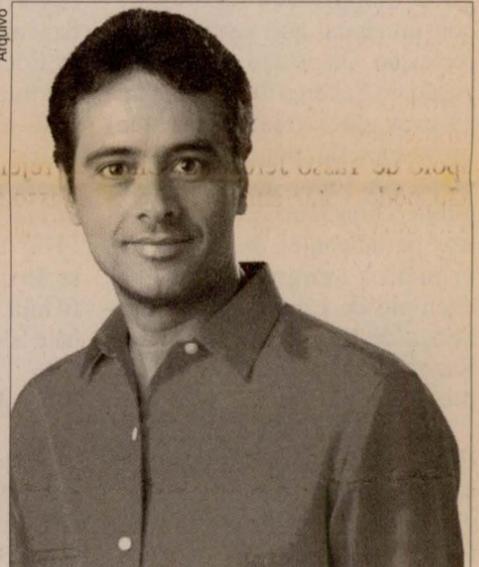
Foram realizadas coligações sobretudo com PT, PSB, PCB, PDT, PPS e PV. No interior foram feitas coligações também com PMDB, PSDB e outros partidos menores. Nestes casos o PCdoB deliberou manter na campanha sua identidade própria e seu discurso de oposição ao governo FHC e aos seus aliados na Bahia, com destaque para o PFL de ACM.

Camaçari e Lauro de Freitas são destaque

Mais de 30 filiados e delegados participaram, no último dia 22, da Conferência Municipal do PCdoB em Camaçari, incluindo 12 pessoas do povoado de Areias. Entre outras deliberações, o encontro decidiu pela criação do Distrital da Orla naquela localidade, dirigido por Nivaldo (Ninho), que será também o coordenador do Partido na campanha de Jacques Wagner na região da orla de Camaçari.

A Conferência homologou o apoio à candidatura de Wagner para prefeito e de Margarida Santos e Edésio Lima a vereadores. A Conferência de Camaçari também elegeu o novo Comitê Municipal, que tem Margarida como presidente, Joelson Macedo como secretário de organização e Gerônimo Lima como tesoureiro, entre outros.

Em Lauro de Freitas a Conferência Municipal teve a presença de cerca de 50 pessoas, em sua maioria da juventude. O encontro contou com a participação dos candidatos a prefeito e vice-prefeito pela Frente União Popular (PT,



Paulo Costa, candidato a prefeito

PCdoB e PCB), respectivamente Vivaldo Pereira e Ápio Vinagre. Foi definido o lançamento da candidatura a vereador do aeroviário e estudante Milton Muniz da Silva.

O principal candidato a prefeito pelo PCdoB na Bahia é professor, assessor parlamentar, empresário na área cultural e radialista no município de Guanambi, Paulo Costa. Ele iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista em Salvador e preside o Comitê Municipal de Guanambi há várias gestões, além de ser membro do Comitê Estadual. Foi vereador por dois mandatos, sendo um dos parlamentares mais atuantes da cidade, além de presidir por duas vezes a Uvermig, União de Vereadores da Região de Guanambi, e de ter sido candidato a vice-prefeito nas últimas eleições. Defesa da saúde, educação, agricultura, cultura, do emprego e o incentivo ao comércio e pequenas e médias empresas são algumas das iniciativas que serão incluídas na campanha de Paulo Costa. O candidato tem bom relacionamento com setores como o de juventude, comércio, professores e bancários. Paulo é candidato a prefeito pela coligação Renova Guanambi (PCdoB/PT/PSB), que tem o dr. Luia como candidato a vice.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

ELEIÇÕES

A conquista de Fortaleza

LUIZ CARLOS ANTERO*

Disputam em Fortaleza as máquinas administrativas do governo estadual (PSDB/PPS), de Tasso Jereissati e Ciro Gomes, que lançou como candidata sua ex-mulher Patrícia Gomes, e da prefeitura (PMDB), com seu atual ocupante Juraci Magalhães, que pretende a reeleição. As duas realizam gastos milionários. A candidatura da Frente Fortaleza de Todos, com o deputado federal Inácio Arruda (PCdoB), com o apoio dos partidos de esquerda, é a ameaça que ronda as pretensões dos dois grupos dominantes. Já disputa o segundo lugar nas pesquisas (em torno de 20%) – seu candidato a vice-prefeito é o deputado estadual Artur Bruno, do PT.

Cidade insubmissa

Historicamente, antes mesmo do golpe militar de 1964, a esquerda disputava com destaque as eleições em Fortaleza. Depois da administração da ex-prefeita Maria Luiza Fontenelle, eleita em 1985 pelo PT, a coligação PDT-PC do B foi derrotada numa eleição fraudada em 1988, favorecendo a dupla Ciro Gomes-Juraci Magalhães, ambos então do PMDB, com o apoio de Tasso Jereissati. Ciro não pôde votar em si mesmo, pois seu registro eleitoral era de Sobral... O movimento oposicionista Fortaleza sim, Cambéa não desgastou o autoritário e neoliberal Tasso. O candidato do PDT-PC do B, Edson Silva, perdeu por cerca de 5 mil votos (0,7%). Firmou-se a convicção de que a união das esquerdas teria assegurado a vitória.

Juraci assumiu a prefeitura com a desincompatibilização de Ciro para a disputa do governo estadual, permanecendo até 1992, quando fez seu sucessor,



Inácio: oposição pra valer

o hoje deputado federal Antônio Cambraia. O candidato de Tasso e Ciro, Assis Machado, mesmo navegando numa campanha arquivilionária, foi fragorosamente derrotado.

Bons antecedentes

Em 1996, Juraci voltou ao Paço Municipal e Inácio Arruda, candidato da esquerda, foi o segundo colocado, com o dobro dos votos da candidata de Tasso e Ciro, Socorro França, pelo PSDB. Agora, a esquerda se prepara para valorizar sua posição na preferência do eleitorado, confirmada pela vitória de Lula em Fortaleza, em 1998, batendo Ciro e Fernando Henrique, além da consagração de Inácio (novamente) como o parlamentar mais sufragado na capital e no Estado. Uma forte tendência se impõe em Fortaleza: a rejeição a um candidato de Tasso e Ciro, devido à impopularidade da política tucana.

Mesmo com limitados recursos financeiros, a candidatura de Inácio está tecnicamente empatada no segundo lugar com o atual prefeito Juraci. O início do horário gratuito de rádio e TV promete aquecer o panorama político a favor da Frente, com o apelo às mobilizações dirigido às classes e camadas que tradicionalmente vão às ruas para eleger os candidatos populares. Esta nova situação é favorecida inclusive

pela maior densidade de Inácio entre os setores que formam opinião e apostam na sua presença e vitória na disputa do segundo turno, no dia 29 de outubro.

Ganhando o interior

De acordo com o presidente regional do PCdoB e coordenador da campanha, Carlos Augusto Diógenes, o desempenho positivo da candidatura de Inácio em Fortaleza influirá nas sucessões municipais da região metropolitana e do interior cearense. O PC do B tem 158 candidatos a vereador em 52 municípios, quatro candidatos a prefeito e um a vice, após realizar 57 conferências municipais. É considerada como possibilidade efetiva a eleição de 28 vereadores em 26 municípios, notadamente nos maiores centros regionais, a exemplo de Iguatu, Crato, Juazeiro, Aracati, Quixadá, Sobral, Itapipoca, Canindé, Caucaia e Maracanaú.

Entre as tarefas mais gerais colocadas para o Estado como um todo, estão: 1) a máxima politização da campanha em torno de temas como saúde, educação, cortes orçamentários etc.; 2) a ênfase no combate à corrupção, associando os desvios do FUNDEF às revelações em torno de Eduardo Jorge, secretário particular do presidente; 3) a vinculação da campanha com as lutas sociais, elegendando em cada localidade uma bandeira de apelo popular; 4) medidas organizativas de comitês num nível mais amplo que o da estrutura partidária, preparação intensa de material de propaganda, multiplicação de pequenas reuniões que se reproduzem e a amarração do voto, ensinando inclusive a votar.

*colaborou Inácio Carvalho

PCdoB potiguar quer ampliar representação

JÓIS ALBERTO e CHRISTIAN VASCONCELOS

Três candidatos do PCdoB – o petroleiro George Câmara; o atual vereador Juliano Siqueira e a operária têxtil Francisca Elpídeo – concorrem a vagas na Câmara Municipal de Natal, nas próximas eleições. Os comunistas apóiam Fátima Bezerra (PT) para prefeita e Leonardo Arruda (PDT) para vice, numa coligação que reúne também o PCB, PHS e PTdoB. Em Natal, esses dois últimos partidos formam outra coligação com o PCdoB e PDT nas eleições proporcionais. No Rio Grande do Norte o PCdoB conta com cinco vereadores, e está lançando 34 candidatos em 18 municípios, com expectativas eleitorais mais sólidas em oito cidades. Em Mossoró – a segunda maior cidade do RN – e em Caiaçu o Partido indicou candida-

tos a vice-prefeito.

Na avaliação do presidente do PC do B natalense, José de Anchieta Ferreira Lopes, coligando-se a facções menores, como o PHS e PTdoB, o Partido construiu uma alternativa mais adequada aos objetivos de manter a vaga na Câmara Municipal. Há grandes possibilidades de se conquistar uma segunda vaga. O Partido aprovou a tática de concentrar esforços na candidatura do sindicalista George.

George Câmara tornou-se conhecido como combativo dirigente sindical e, posteriormente, como candidato a vice-prefeito de Natal, ao lado de Fátima Bezerra, compondo a chapa da Frente Popular em 1996. Dois anos depois, obteve expressiva votação como candidato a deputado estadual. Atualmente, George, advogado, é diretor licenciado do Sindipetro/RN. A candidata Francisca Elpídeo foi presiden-

te do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil.

Disputa para prefeito

Sete candidatos concorrem a prefeito de Natal, dos quais os mais cotados, pelas atuais pesquisas, são Wilma de Faria (PSB/PMDB/PPB/PPS/PMN/PV/PL/PAM/PSD), Fátima Bezerra (PT/PDT/PCdoB/PCB/PT do B/PHS) e Sonali Rosado (PSDB/PFL/PTB). Além dos problemas característicos de uma gestão municipal deficiente, a Frente Popular também trabalha com inevitável desgaste que a atual prefeita deverá enfrentar por ser a candidata dos aliados do governo neoliberal de FHC, dentre eles o governador Garibaldi Filho, do PMDB. O vice de Wilma, Carlos Eduardo Alves, é primo de Garibaldi, e até maio passado era secretário estadual do Trabalho, da Justiça e da Cidadania.



Eron e a vice Lucia em arrastão no Bairro do Parque 10

Eron é a oposição de verdade em Manaus

SABÁ RAPOSO

Mesmo enfrentando a oligarquia comandada pelo governador Amazonino Mendes (PFL), senador Gilberto Mestrinho (PMDB) e o líder do governo no Congresso Nacional, deputado Artur Neto (PSDB), o PCdoB investe na possibilidade de ampliar sua contribuição para a melhoria da qualidade política e administrativa no Amazonas. O PCdoB é o maior partido de esquerda no Amazonas. Tem representante na Câmara Federal, Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais. Seus militantes, organizados na Corrente Sindical-Clássica, dirigem mais de 60% dos sindicatos filiados à CUT no Estado.

Em Manaus, o PCdoB investe na ampliação de sua bancada na Câmara Municipal e na disputa pela Prefeitura. Seu candidato, o deputado Eron Bezerra, representa a única oposição ao governo do presidente FHC, ao governo do Estado e ao prefeito. O Partido avalia que elegerá vereadores em Caruaru, Eirunepé, Envira, Lábrea, Novo Aripuanã, Nova Olinda do Norte, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Tefé, Codajás, Manacapuru, Careiro, Itacoatiara, Urucurituba, São Gabriel da Cachoeira e Manaus. Há possibilidade de eleger vice-prefeitos em Eirunepé, Urucurituba e Tefé.

A proposta de mudança na forma de administrar ressalta que o Amazonas se tornará cada vez mais inviável se continuar sob a administração do grupo político comandado por Amazonino Mendes/ Gilberto Mestrinho/Artur Neto. Os números mostram que nos últimos 20 anos, período em que vem sendo administrado por esse grupo, todos os indicadores sociais sofreram redução, apesar do aumento da arrecadação.

Eron Bezerra vem explicando que essa deformação decorre da incompetência administrativa, associada a uma prática de corrupção sistemática e elevada dose de aventureirismo, o que, segundo ele, tem impossibilitado a utilização dos recursos públicos. A proposta de projeto de desenvolvimento econômico e social de Estado,

ao mesmo tempo em que concentra renda nas mãos de amigos do poder e promove a exclusão social. Para atender suas necessidades de sugar cada vez mais os recursos públicos em benefício próprios, o grupo, que hoje tem Alfredo Nascimento como testa-de-ferro na Prefeitura de Manaus, deixa inclusive de cumprir a Constituição.

“A lei são seus interesses próprios e não a melhoria da qualidade de vida da população”, afirma Eron Bezerra, destacando que essa prática gerou o descrédito na sociedade e “agora eles tentam reverter essa rejeição registrando programa de governo em Cartório, divulgando pesquisas com resultados irreais e fazendo promessas que já demonstraram ser incapazes de cumprir”. Para Eron Bezerra, o povo quer mudança e “nós estamos aqui para oferecer essa alternativa de mudar efetivamente a forma de administrar a cidade, adotando o princípio da transparência, planejamento, participação popular e desconcentração da renda”.

A novidade da eleição

É a primeira vez que os comunistas apresentam nome para a disputa majoritária. O PCdoB é o único segmento a fazer oposição a FHC, Amazonino Mendes e Alfredo Nascimento e, apesar de contar unicamente com a participação do recém organizado PCB na coligação Oposição Pra Valer, vem ocupando sistematicamente a cidade, divulgando as propostas que Eron Bezerra levará à Prefeitura de Manaus e buscando a eleição de bancada expressiva de vereadores.

Todos os bairros de Manaus já foram visitados por Eron Bezerra e os candidatos a vereadores, sendo sempre recebido com carinho. A campanha da coligação Oposição Pra Valer se enraizou rapidamente pela cidade, como resultado da soma do reconhecimento do trabalho do Partido com a disposição de mudança do povo, que não aceita mais a corrupção e dos desmandos administrativos, o que demonstra a certeza de que o fim do poder para aqueles que vivem da miséria do povo.

DERROTAR OS ALIADOS D PARA UM NOVO RUMO NAS E

RENATO RABELO*

Dois episódios merecem especial destaque na conjuntura internacional recente. O primeiro envolve uma questão estratégica: a parceria da China com a Rússia contra a escalada armamentista norte-americana. O governo Clinton anunciou a implantação de um sistema de guerra, denominado "anti-mísseis", que foi imediatamente rechaçado pela China e Rússia, que realizaram um encontro de chefes de Estado para tratar do assunto. Os setores democráticos, progressistas e antiimperialistas devem reforçar essa contratendência ao hegemonismo estadunidense na luta por um novo equilíbrio internacional. A busca de uma nova ordem econômica e política mundial é fundamental, e neste aspecto ganham relevância os últimos acordos da China com a Rússia.

O outro episódio - de grande importância para analisarmos as questões táticas - foi a vitória de Vicente Fox, do Partido Ação Nacional, PAN, no México. Trata-se da vitória de um candidato de direita, que se apresentou com uma fachada de centro-esquerda, algo que vem se tornando típico da era do presidente Clinton, dos Estados Unidos. Fox teve amplo apoio das camadas médias e da intelectualidade. Após mais de 70 anos no poder, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) burocratizou-se e degenerou o Estado mexicano, além de ter sido o artífice da política neoliberal no país. Foi derrotado. Chama a atenção o fato de que quem capitalizou a insatisfação popular foi a direita, e não a esquerda. Mesmo o Partido da Revolução Democrática (PRD), de Cuauhtémoc Cárdenas, de centro-esquerda, que tem grande prestígio e manteve o governo da cidade do México, a capital, ficou com apenas 17% dos votos e perdeu mais de 50% de sua bancada federal. Ficou evidenciado que a direita - e isso também no nosso país, guardadas as diferenças específicas - pode mascarar-se com uma fachada de centro-esquerda e conquistar o eleitorado. A direita pode capitalizar o descontentamento da população, mantendo a orientação política e econômica neoliberal.

O Brasil instável e dependente

No Brasil, aprofundam-se as tendências que o PCdoB vem apontando na conjuntura econômica, social e política. O país está economicamente mais vulnerável, instável e dependente do capital internacional. Os EUA podem voltar a aumentar a taxa de juros, o que certamente acarreta-

rá conseqüências desastrosas aqui. A estratégia econômica imposta pela equipe de Fernando Henrique, baseada no fluxo de capital externo, fracassou e atrelou o Brasil. O passivo externo dobrou em 4 anos. As contas externas crescem continuamente. As exportações não alcançam o superávit desejado pelo governo, que era de 5 bilhões de dólares e que caiu para menos de 3 bilhões de dólares. A dívida externa é quatro vezes superior à exportação, o que leva o investidor estrangeiro a ver o país como zona de perigo.

A crise social atinge dimensões dramáticas. O nível do desemprego mantém-se alto e a renda dos assalariados diminuiu em mais de 7% - para a classe média, a diminuição foi ainda maior. O custo de vida é elevado e, enquanto os salários permanecem congelados, os preços de produtos básicos sofrem aumentos contínuos (combustíveis, eletricidade, alimentos, serviços públicos). A estrutura social degrada-se - somente em São Paulo e Rio de Janeiro, ocorrem mais de 30 mil assassinatos por ano. Espraia-se o descontentamento popular.

O governo de FHC atravessa sucessivas crises políticas. A insatisfação popular com sua administração cresce e vai se tornando irreversível. A desaprovação ao seu governo chegou ao índice de 70% e já atinge o nível da descrença nas instituições políticas. O povo é induzido a abominar os partidos e os políticos. A base de sustentação governamental passa por um processo de erosão. Mesmo setores governistas já afirmam que a reeleição foi um fracasso. Fernando Henrique vai ficando com a figura de um presidente avalhado, desmoralizado, que "não rouba, mas deixa roubar", como tem sido afirmado. As denúncias de corrupção multiplicam-se, rondam o Palácio do Planalto (a reeleição, a privatização das empresas de telecomunicação), e a única resposta do governo é a tentativa de abafar os casos, com a cumplicidade da grande imprensa. A criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar atividades ilícitas do ex-secretário de FHC, Eduardo Jorge, deve ser uma justa bandeira da oposição visando a desmascarar o governo.

É importante destacar que não se trata de corrupção apenas para roubar o dinheiro público, mas o objetivo é usar verbas públicas para cooptar apoio à política neoliberal. Isso ficou evidenciado no caso do escândalo da construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo - o dinheiro era liberado em troca da indicação de juízes que negassem sentenças favoráveis à repó-



Renato: desafios nas eleições

sição de perdas salariais dos trabalhadores e garantissem a aplicação da orientação neoliberal da equipe econômica. Há uma simbiose entre a corrupção e o projeto autoritário do governo.

Outro aspecto a ser salientado é que a tática do governo de FHC combina a escalada autoritária com a demagogia. De um lado, ele buscou no entulho autoritário da ditadura militar o arcabouço para a sua proposta de reforma política, que pretende a restrição aos partidos políticos, voto distrital e proibição das coligações proporcionais. Mas de outro lado acena com o diálogo como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, propõe reuniões com a oposição, recua no ritmo das privatizações, realiza pequenas quedas na taxa de juros (que mesmo assim, continuam entre as mais altas do mundo), anuncia recursos para os Estados mais pobres e alardeia que vai congelar os preços de medicamentos. Tenta, sem êxito até o momento, trabalhar com uma "agenda positiva", às vésperas das eleições.

Mesmo assim as crises e os escândalos se sucedem e a bandeira do "Fora FHC!" tem o seu lugar. Devemos continuar a agitá-la, pois ela vai ajudando a formar a consciência de que é necessário um novo governo e uma nova orientação política, econômica e social para o país. É importante ter presente que uma coisa é o governo de Fernando Henrique, e outra é o sistema, o projeto neoliberal, que pode continuar sem ele. Os grandes investidores, por exemplo, não querem a CPI que apure a corrupção; mesmo a imprensa, quando divulga denúncias, o faz até certo ponto - não vai ao fundo das questões e protege o núcleo do governo, que dita a sua orientação e se beneficia dela. O PFL, de direita, vem realizando demarcações com o

governo de Fernando Henrique, apresenta-se como defensor do aumento do salário mínimo e crítico do abandono de políticas sociais por parte do governo. Objetiva um bom resultado nos municípios, também de olho na sucessão presidencial. Até mesmo o PSDB quer apresentar-se distanciado do governo, para que o desgaste de FHC não o prejudique nas urnas.

A oposição nas eleições municipais

Há uma tendência favorável à oposição na eleição municipal, mas ela apresenta-se dividida no momento. A Frente Democrática e Popular não foi mantida para o pleito. Embora as manifestações populares e mesmo revoltas espontâneas (como na Febem e nas favelas cariocas) se multipliquem, assim como os protestos no campo e várias lutas sindicais, não se garantiu a unidade entre os partidos oposicionistas. O nível da divisão demonstra a existência de divergências políticas importantes. Há uma disputa prematura pela hegemonia, buscando posições privilegiadas para a sucessão presidencial em 2002. Inevitavelmente, o resultado das eleições municipais vai apontar para um novo quadro político, dando base para a redefinição de alianças. Mas é fundamental que atuemos para garantir condições de unidade - sem o que as oposições não conseguirão derrotar o projeto neoliberal.

O PCdoB deve buscar capitalizar a tendência oposicionista do eleitorado. O Partido concertou coligações favoráveis, em melhores condições do que em 1996. Lançamos 2.079 candidatos a vereador em 783 municípios (em 1996 foram 1.296 candidatos comunistas em 592 municípios), dos quais 135 nas capitais. Foram apresentadas 27 candidaturas a prefeitos (2 nas capitais - Fortaleza e Manaus) e 43 a vice-prefeitos (7 nas capitais - Aracaju, Florianópolis, Recife, Rio de Janeiro, Macapá, Maceió e Manaus) pelo PCdoB. Atualmente temos 14 vereadores nas capitais, dos 102 que elegemos em todo o país em 1996.

Em todo o processo de realização de coligações, cabe ressaltar que foi muito importante termos lançado a pré-candidatura da deputada federal Jandira Feghali à Prefeitura do Rio de Janeiro. As negociações decorreram da intenção de unir a esquerda, e o nome de Jandira ganhou mais prestígio junto ao eleitorado. Até o último momento fizemos esforços para reunir forças oposicionistas em torno de sua candidatura. O resultado final, com a coligação com o PT e a indicação de Francisco Milani para vice-prefeito da Benedita da Silva,

E FHC E APONTAR ELEIÇÕES MUNICIPAIS

pelo PCdoB, permitiu pelo menos unir uma parte da esquerda visando a derrota das forças conservadoras no Rio de Janeiro. Temos que levar em conta que no Rio o voto progressista está sendo muito disputado, por causa da divisão da oposição.

Desafios para o PCdoB

No conjunto de nossas atividades, temos investido também no cumprimento das metas do II Plano de Estruturação Partidária. Com ele desenvolvemos a luta contra o espontaneísmo, o pragmatismo e o imediatismo nas fileiras comunistas. O I Plano, realizado no ano passado, foi vitorioso, mas ainda não superamos o espontaneísmo. A atividade organizada, planejada, é uma necessidade vital para um partido como o nosso, com objetivos revolucionários, de transformação profunda da sociedade. Trata-se de uma exigência da realidade, para alcançar a nossa meta de construir um Partido Comunista à altura dos desafios colocados diante de nós. O pragmatismo é outra debilidade que devemos enfrentar. Não podemos colocar tudo a serviço da campanha eleitoral e deixar o Partido desestruturado. Muito pelo contrário, a existência de um partido organizado e coeso é condição para garantirmos uma campanha de amplo alcance, que galvanize o eleitorado e garanta a vitória dos nossos candidatos. Nosso Partido não pode ficar "correndo atrás do prejuízo". Tem de ter uma atividade planejada e con-



Reunião do Comitê Central do PCdoB

trolada, com metas claras e precisas a serem alcançadas.

Realizamos neste ano conferências municipais que mobilizaram quase 30 mil militantes, crescendo o número de comitês municipais, vários deles consolidados, e o número de organizações de base. Superamos nossa meta de formação de monitores de cursos básicos do Partido e ampliou-se também o número de militantes que contribuem financeiramente, a tiragem do jornal **A Classe Operária** e o número de assinantes da revista **Princípios**. Contudo, o número de novas filiações não está compatível com a batalha política que estamos desenvolvendo, a incorporação de novos camaradas ao Partido - inclusive daqueles que solici-

tam filiação através do telefone 0800-999965 - ainda é baixa e a realização dos cursos de formação nos organismos de base é insuficiente. Existem condições para cumprir as metas para este ano do II Plano de Estruturação Partidária!

Temos pela frente dois meses de campanha eleitoral. Os candidatos comunistas não podem ficar no problema paroquial, limitar-se às questões da cidade. Vamos demonstrar a ligação entre os problemas enfrentados pelos municípios e as consequências inevitáveis da política neoliberal, que não destina recursos para as questões sociais e abandona um projeto de desenvolvimento econômico e social nacional para favorecer aos interesses do grande capital internacional e à inserção subalterna do país no chamado "mundo globalizado". Os candidatos do PCdoB devem politizar a campanha, denunciando a política neoliberal do governo, a corrupção, o autoritarismo, a submissão de FHC aos ditames do FMI. Nós temos um outro projeto para o país, cujo núcleo é apresentado no *Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho*, assinado pelo PCdoB, pelos partidos oposicionistas, entidades e personalidades democráticas. A sucessão presidencial passa pelo resultado das eleições municipais, e uma vitória da oposição e do nosso Partido é fundamental para colocar o Brasil num outro rumo, onde os interesses dos trabalhadores e da nação estejam no centro das decisões políticas e econômicas. Nestes dois meses, devemos entrelaçar a campanha eleitoral com as lutas políticas e sociais e a construção partidária. É o caminho seguro para garantir um bom resultado para o nosso Partido e o nosso povo.

*vice-presidente do PCdoB, informa à 10ª Reunião Plenária do Comitê Central, São Paulo, 29 e 30 de julho de 2000

Resoluções da 10ª reunião do Comitê Central do PCdoB

A - Quanto à orientação política para a campanha:

1 - Politizar a campanha, partindo da realidade concreta do município. Demonstrar como o projeto neoliberal do governo FHC tem impacto no município;
2 - Procurar vincular a **campanha eleitoral com as lutas sociais** em curso, pois isso ajuda tanto a dar um sentido político às mobilizações dos trabalhadores quanto na capitalização de tais lutas pela campanha da esquerda.

B - Medidas de campanha:

1 - Procurar dar **volume à campanha**, realizando atividades de peso tais como arrastões, comícios, grandes reuniões, visitas a bairros, empresas ou repartições prioritários;
2 - Procurar dar maior **visibilidade à campanha**, realizando atividades em locais de maior concentração de eleitores, ocupando permanentemente locais estratégicos, utilizando formas de divulgação massivas como outdoors, placas e cartazes, distribuindo materiais impressos dos candidatos em grande quantidade. Todos os materiais devem dar destaque ao **número do candidato**, já que a votação será totalmente eletrônica;
3 - Ultime os preparativos para os **programas de rádio e televisão**;
4 - Dedicar atenção especial aos grandes municípios em que o Partido disputa a prefeitura, como Fortaleza, Manaus e Olinda.

C - Recursos para a campanha eleitoral:

Avançar na captação de **recursos** para que a campanha não seja paralisada. Devido à importância política dessa questão, na sua resolução devem estar envolvidos os principais quadros partidários.

D - Partido e campanha:

1 - Divulgar o Partido na campanha eleitoral, sua sigla e seu símbolo;
2 - Manter estruturados, em funcionamento, os Comitês Municipais, Distritais e Organizações de Base do Partido, dirigindo a atividade do Partido na campanha e aglutinando militantes;
3 - Não descuidar do processo de filiações ao Partido, procurando atrair para as fileiras comunistas as pessoas que se aproximam com maior frequência da campanha eleitoral do Partido.

E - Sobre a atividade política nacional:

1 - Denunciar a dimensão crescente da **dívida externa** do país e empenhar esforços partidários e dos candidatos na **Campanha pelo Plebiscito da Dívida** durante os meses de agosto e setembro;
2 - Propugnar pela constituição de uma CPI do Congresso Nacional para que se apure de forma cabal as denúncias envolvendo o ex-secretário da Presidência da República, Eduardo Jorge, no esquema de liberação de verbas públicas para a obra superfaturada do TRT de São Paulo, que se constitui em mais um escândalo do governo FHC.



Ricardo acompanhará trabalho da juventude

O Comitê Central, analisando o trabalho de acompanhamento e direção da atividade juvenil e considerando a Comissão Política Nacional como centro de gravidade da direção partidária, decide atribuir ao camarada Ricardo Abreu (Alemão), membro do

Comitê Central, a responsabilidade pelo acompanhamento do trabalho de direção da juventude na Comissão Política Nacional.

O Comitê Central do PCdoB
São Paulo, 30 de julho de 2000

Arquivo

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

ELEIÇÕES



O vice governador, Osmar, na convenção do PCdoB

Fora FHC é a coligação de esquerda em Teresina

No Piauí o PCdoB realizou convenções em 34 municípios e lançou 53 candidatos a vereador, dois a vice-prefeito e um prefeito. Na capital, Teresina, os comunistas firmaram a coligação *Fora FHC*, com o PDT e PSB. O nome da coligação ganhou destaque na cidade e vai se tornando um dos pólos de aglutinação do sentimento oposicionista a Fernando Henrique Cardoso.

O Partido lançou, na capital, cinco candidatos a vereador: Bolinha é líder comunitário e presidente da Associação

dos Moradores do bairro Bela Vista; Teresinha é presidente da Associação dos Moradores da Vila São Francisco Norte; Zé Bidoga é atuante no esporte amador; professor Soares é ecologista e presidente da Fundação Rio Parnaíba, e Anselmo Dias, que já é vereador - ele se tornou uma personalidade política de Teresina, extrapolando os limites do Grande Itararé, região onde iniciou sua trajetória. O PCdoB tem cinco vereadores no Estado e pretende eleger entre 10 a 15 novos parlamentares.

Candidatos paraibanos

Na Paraíba os comunistas lançaram candidatos a vereador nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Condado, Bayeux, Itabaiana, Cajazeiras e Cabedelo, e pretendem a reeleição dos dois vereadores da cidade de Malta, no alto sertão.

Em João Pessoa o PCdoB fechou coligação com o PT, que tem como candidato a prefeito o deputado estadual Luiz Couto. Para vereador, os comunistas estão indicando o nome do ex-deputado e atual presidente do Partido, Simão Almeida - a meta é conseguir 4 mil votos e, para isso, os militantes andam com a "cartela do voto amarrado" cadastrando os eleitores no sentido de torná-lo campeão de votos da coligação.

Em Campina Grande os comunistas estão coligados com o PMDB e PT, que têm como candidato a reeleição o atual prefeito, Cássio Cunha Lima, e a vereadora petista Cozete Barbosa como vice-prefeita. Para vereador, o PCdoB apresenta

o sindicalista Valtecio Brandão. Reeleger os vereadores em Malta, Joselito Bandeira e Carlos de Lima, é um desafio importante para o Partido.

Em Patos, a maior cidade do sertão, o Partido apresenta a candidatura do líder popular e sindical José Gonçalves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais e da União Patoense das Associações Comunitárias. Já em Condado, a candidata a vereadora dos comunistas é Maria Rita, ex-secretária de Saúde do município, com larga atuação também no magistério. Outra candidatura que os comunistas estão empenhados em eleger como vereador é líder estudantil Alberto Rocha, o "Cenec", que concorre em Bayeux. Foram lançados candidatos a vereadores em Itabaiana, o professor Alex Alves, e o funcionário público Antônio Humberto; em Cajazeiras o líder estudantil Osvaldo Moésia e a enfermeira Ziza, e na cidade portuária de Cabedelo, Carlos Félix.

Objetivos dos comunistas em Santa Catarina

O PCdoB apresentou candidatos em 16 municípios catarinenses, sendo três candidatos a vice-prefeito (em Florianópolis, São José e Palhoça) e 23 candidatos a vereador, nas cidades de Florianópolis, Rio do Sul, Blumenau, Criciúma, Itajaí, Chapecó, Herval do Oeste, Lages, Paraíso, São José, Tubarão, Içara, Joinville, São Miguel do Oeste, Xanxerê e Palhoça.

"Somente teremos êxito na campanha eleitoral deste ano se fizermos uma ligação das políticas locais com a política nacional implementada, tendo a sensibilidade para transformar nossa influência política em organização partidária", afirma o presidente do PCdoB, João Ghizoni.

Tocantins e Roraima

Em Tocantins o PCdoB participa das campanhas na capital, Palmas (coligação PPS, PDT, PCdoB, PST), em Gurupi (co-

ligação PDT e PCdoB) onde apresentou o candidato a vereador Luís Armando, e em Guaraí (coligação PPS e PCdoB).

Em Roraima o PCdoB lançou a candidatura da professora France para vereadora na capital, Boa Vista. France é professora da Universidade Federal de Roraima. Em Boa Vista concorrem quatro coligações e um partido que sai só. A coligação *Mudar é Preciso* é composta pelo PPS, PCdoB e PT, tendo como candidato a prefeito o deputado federal Airton Cascavel. O governador Neudo Campos apóia Carlos Coelho, numa coligação com PPB, PFL, PDT, PST, PSL, PAN, PTN, Prona d PSD. O atual prefeito, Ottomar Pinto, é candidato à reeleição pelo PTB, PMBD, PL, PSDC, PGT e PTdoB. A ex-prefeita Teresa Jucá concorre pelo PSDB, PSB, PV e PSC. Por último o PCO lançou o professor Leopoldo como candidato, com apoio do PSTU.

Campanha agitada em Pernambuco

TUCA SIQUEIRA

O presidente de honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva, esteve dia 19 de julho em Recife e Olinda para manifestar apoio às candidaturas de João Paulo (PT) e Luciana Santos (PCdoB). Lula também visitou Jaboatão, Camaragibe e Cabo, para participar de atividades das campanhas de Paulo Rubem, Paulo Santana e Elias Gomes. "Acredito que a eleição de Luciana e João Paulo é a única e melhor oportunidade de modernizar Olinda e Recife. As cidades ficarão mais limpas e bonitas. Eleger esses dois candidatos significa garantir prefeituras governadas com respeito ao povo. Ou seja, o dinheiro do povo para o povo, em forma de benefício", afirmou Lula.

João Paulo (PT) e Luciano Siqueira (PCdoB), candidatos à prefeitura do Recife pela Frente de Esquerda, realizaram uma série de visitas a entidades e instituições. Na Ordem dos Advogados do Brasil os candidatos foram recebidos pelo presidente, Aloisio Xavier, com quem discutiram alternativas de parceria entre a instituição e a prefeitura no enfrentamento da violência urbana e na defesa dos direitos humanos. Eles também estiveram no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Conversaram

com o engenheiro Telga Araújo, presidente da entidade, acerca de problemas estruturais da cidade - como transporte, saneamento e meio ambiente, proteção dos morros e encostas, ocupação do solo urbano e déficit habitacional.

13 pontos para uma vida melhor

Esse é o título do documento preliminar sobre as propostas de governo da Frente de Esquerda para o Recife. "Seremos um governo de resistência às políticas neoliberais em nosso país; governaremos de forma democrática e participativa; as políticas públicas, no nosso governo, buscarão a construção de uma cidade fisicamente organizada, economicamente sustentável e socialmente justa", destacam João Paulo e Luciano Siqueira, na introdução do documento.

Os 13 pontos abordados no projeto são:

1. Gestão Democrática;
2. Saneamento Ambiental;
3. Habitação;
4. Segurança Pública e Combate à Violência;
5. Educação, Criança e Juventude;
6. Defesa Civil dos Morros e Encostas;
7. Segurança Alimentar;
8. Transporte e Trânsito;
9. Saúde;
10. Cultura;
11. Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;
12. Geração de Emprego e Renda;
13. Funcionalismo.



A juventude levou seu apoio ao candidato das esquerdas em Porto Alegre

UJS apresenta propostas para programa de governo de Tarso

O candidato à Prefeitura de Porto Alegre pela *Frente Popular*, Tarso Genro, recebeu dia 25 propostas da União da Juventude Socialista (UJS) para o programa de governo. Entre os pontos apresentados estão o emprego, através da criação de frentes de trabalho em áreas de maior carência social e da qualificação profissional; a cidadania, com a criação do Conselho Municipal de Juventude para a discussão de políticas públicas para os adolescentes; e a educação, enfatizando o amparo a meninos e meninas de rua. Cerca de 40 jovens entregaram, também, manifesto para a eleição de 1º de outubro.

A questão mais discutida foi a saúde, no qual foi proposto a criação de um centro público de orientação, proteção e recuperação de jovens usuários de drogas e ainda o desenvolvimento de programas preventivos contra a AIDS e

outras doenças sexualmente transmissíveis. Os jovens pediram, também, garantias de assistência e de combate à discriminação aos soropositivos. Tarso enfatizou que as manifestações juvenis compõem a estruturação de um sujeito transformador: "O jovem é o presente e o futuro que não podem ser esquecidos pela sociedade".

O presidente da UJS, Orlando Silva Júnior, falou da importância da mobilização política: "O jovem representa a classe dos futuros trabalhadores e suas iniciativas na batalha democrática são decisivas para a nação", afirmou. Estavam presentes no encontro o presidente municipal do PT, Waldir Bohn Gass; o presidente municipal do PCdoB, João Luís; o presidente estadual da UJS, Valdeir Puhl; e representantes do movimento Hip Hop e dos skatistas da capital.

MOVIMENTO

Classistas querem mais democracia na CUT

A Corrente Sindical Classista (CSC) participa do 7º Congresso da Central Única dos Trabalhadores, de 15 a 20 de agosto, em Serra Negra/SP, com bancada maior do que a do último congresso e está empenhada em ampliar a democracia e a combatividade da entidade. “Estamos com três objetivos básicos para esse Concut”, relata Wagner Gomes, coordenador da CSC. “Prendemos levar a CUT a um combate mais arrojado ao governo de FHC e ao neoliberalismo; defendemos o aprofundamento da democracia interna na Central; e vamos batalhar pelo resgate dos sindicatos inadimplentes (a maior parte dos quase 3 mil filiados)”.

Wagner, que concorre à presidência da CUT pela CSC (também concorrem Jorge Luís Martins, pela ASS, e João Felício, João Vaccari e Mônica Valente, pela Articulação), destaca que “a CUT é a principal central sindical do Brasil, congrega os setores mais atuantes e combativos. É fundamental que aprove uma linha de luta mais contundente contra o neoliberalismo e o governo FHC. Ela tem vacilado no enfrentamento ao governo. Derrotar Fernando Henrique é necessário para que

o país tenha expectativas de progresso e melhorias nas condições de trabalho e vida de seu povo. A CUT deve imprimir às lutas gerais dos sindicatos o rumo do combate a FHC. Atualmente, as lutas dos sindicatos estão isoladas.”

Para o coordenador da CSC, “a democracia interna é outro ponto a ser abordado no Congresso. A tendência majoritária, Articulação, tem aprofundado o seu exclusivismo, num movimento contrário aos reclamos gerais dos sindicalistas. O futuro da CUT estará ameaçado se não garantirmos a participação e influência de todas as entidades e correntes que constroem a Central na sua estrutura e nos seus fóruns deliberativos. Nos congressos estaduais da CUT no Amazonas, Bahia e Minas Gerais, ocorreram várias irregularidades que fizeram com que a CSC e outras correntes não aceitassem sua validação e exigem esclarecimentos. No caso da Bahia, o congresso foi cancelado. Os outros dois ainda estão em discussão. O exclusivismo da corrente majoritária vem acarretando vários problemas, e a crítica à falta de democracia já parte inclusive de integrantes da própria corrente”.

Um dos maiores embates será em torno da concepção de estrutura sindical: “A Articulação defende um sindicalismo orgânico, que transfere para a cúpula as decisões e enfraquece as bases – a exemplo do que fez impondo o Sindicato Nacional dos Metalúrgicos, desconsiderando todos os posicionamentos contrários à sua criação. A CUT também deve ter uma postura de enfrentamento ao projeto de sindicalismo do governo de FHC, que leva ao pluralismo e enfraquece as entidades – o movimento sindical tem sido um bloco de resistência ao governo, não é por acaso que FHC quer golpeá-lo”.

Os sindicalistas classistas consideram, ainda, que o alto índice de inadimplência na CUT deve ser abordado de forma política: “O movimento sindical passa por um processo de estrangulamento financeiro. A flexibilização da legislação trabalhista e a informalidade levaram a uma acentuada queda na arrecadação dos sindicatos, o que afeta o pagamento das mensalidades da CUT. A inadimplência aumenta mês a mês. A direção da CUT tem abordado o problema de forma burocrática, distanciando as entidades das atividades e dos fóruns da Central. O congresso deve deliberar mecanismos que facilitem o retorno desse sindicatos, com propostas viáveis”.

Wagner Gomes reafirma “o empenho dos sindicalistas classistas em reforçar a CUT. A CSC quer a CUT sintonizada com o movimento social e com um ambiente que permita a ação de todas as correntes, contemple todos os seus integrantes. Nosso posicionamento objetivar acertar os rumos da CUT, para que ela fique ainda mais forte e em condições de cumprir seu objetivo de defesa dos interesses dos trabalhadores, contra o neoliberalismo”.



Plenário aplaude Leite Lopes, durante homenagem

Cientistas brasileiros denunciam neoliberalismo

FÁBIO PALÁCIO*

CLA, de acesso proibido a qualquer brasileiro.

A 52ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC ocorreu de 9 a 14 de julho em Brasília, com o tema geral “O Brasil na Sociedade do Conhecimento – Desafio para o Século XXI”. A abertura foi marcada pela insatisfação e oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso. A presidente da SBPC, Glaci Zancan, descreveu a incerteza que ronda a universidade pública e o sistema nacional de Ciência e Tecnologia (C&T).

Vaias foram ouvidas durante o discurso do ministro da Ciência e Tecnologia (C&T), Ronaldo Sardemberg. Ele tentou justificar para os cientistas a proposta dos “fundos setoriais”, cortina de fumaça que visa ludibriar a comunidade científica com a falsa promessa de “mais recursos”. Os fundos podem solapar as bases do sistema nacional de C&T, na medida em que venham a substituir as verbas públicas do FNDCT, fundo que custeia agências de fomento como CNPq e Finep. O presidente da UNE, Wadson Ribeiro, foi aplaudido ao denunciar o desmonte da Educação e da C&T operados pelo governo de FHC.

A Assembléia Geral dos sócios da SBPC aprovou moções importantes, com destaque para as que condenam dois vergonhosos acordos firmados pelo governo FHC, que ferem gravemente a soberania nacional: o acordo de bioprospecção na Amazônia, que institucionaliza a biopirataria ao permitir à empresa suíça Novak explorar e patentear micro-organismos encontrados em solo brasileiro; e o da cooperação com os EUA no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Nele são firmadas cláusulas como a que permite que americanos desembarquem no Brasil com tecnologias que não podem sequer ser inspecionadas pelo governo brasileiro. Uma outra cláusula deste acordo reserva aos americanos uma área privativa do

Encontro de jovens cientistas

Promovido pela Associação Nacional de Pós-graduados – ANPG – e União Nacional dos Estudantes – UNE –, o Encontro de Jovens Cientistas reuniu, em um debate sobre o futuro da pesquisa científica em nosso país, cerca de 400 participantes dos programas de Iniciação Científica e Pós-graduação. O evento acabou tornando-se o maior debate da Reunião Anual, perdendo apenas para a abertura.

Com o tema “Ciência e Resistência” foi homenageado o professor José Leite Lopes (CBPF-RJ), que discorreu sobre a história da idéia de universidade no Brasil. A tônica da sua intervenção foi o papel da ciência e tecnologia para o processo de resistência em defesa da democracia e da soberania nacional.

O encontro contou também com a presença do reitor da UnB, professor Lauro Morhy. Ele falou sobre as dificuldades cada vez maiores que vêm sendo impostas à universidade pública pelo governo neoliberal de FHC. Outras personalidades da área científica estiveram presentes, com destaque para o professor Hélgio Trindade, que fez uma saudação especial à UNE e aos jovens cientistas.

Ao final do Encontro foi aprovada declaração intitulada “Ciência é Resistência – Manifesto dos Jovens Cientistas à Sociedade Brasileira”. O documento denuncia a situação de penúria dos programas de iniciação científica e de pós-graduação, e termina afirmando: “As políticas do governo federal estão hoje excluindo do sistema nacional de C&T milhares de jovens talentos... E essa é uma questão não apenas dos jovens, mas de todos aqueles que se preocupam com o futuro do país”.

* Diretor de Ciência & Tecnologia da UJS



Wagner Gomes: em defesa de uma CUT plural

		 A CLASSE OPERÁRIA		Pagamento:	
Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP, Tel. 0__11 3104-4140 Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br		<input type="checkbox"/> cheque nominal		<input type="checkbox"/> dinheiro	
15 edições = R\$ 15,00		<input type="checkbox"/> Cartão nº Validade		<input type="checkbox"/> Vale postal nº	
<input type="checkbox"/> Depósito na conta Ag.0251 C/C 48676-7, Banco Itaú		Nome: _____			
Endereço: _____				Bairro: _____ Cidade: _____	
CEP _____ UF: _____		Data de nascimento: / /			
Tel.: () _____		Profissão: _____			
Correio eletrônico: _____		Data da assinatura: / /			

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
* Diretor de Ciência & Tecnologia da UJS

INTERNACIONAL

Brasil, Argentina e a defesa do trabalho

ALDO REBELO*

O Congresso argentino examina uma série de medidas com o propósito de flexibilizar o mercado de trabalho. Uma delas aumenta o período durante o qual os trabalhadores podem ser demitidos sem receber indenização para até um ano. Outra prevê a descentralização das negociações coletivas. Os sindicatos regionais ou de cada empresa poderão negociar os acordos coletivos, em substituição à CGT, que reúne 75% dos trabalhadores sindicalizados da Argentina. A proposta tem o claro objetivo de enfraquecer o movimento sindical. Como afirmou Hugo Moyano, da CGT, a reforma aponta para o coração das organizações gremiais e dos trabalhadores. Os convênios coletivos ficarão sem efeitos, os salários vão cair.

Para cumprir as metas do ajuste acertado com o FMI, a Argentina resolveu reduzir salário de funcionários públicos e proventos de aposentados. O que está ocorrendo na Argentina não é um fato isolado. Trata-se de um movimento de dimensões mundiais cujo propósito é suprimir direitos sociais e trabalhistas. Apresenta-se a Justiça do Trabalho e os direitos trabalhistas como obstáculo à redução do desemprego.

Não há outra forma do capitalista obter lucro que não seja pela exploração do trabalho assalariado, única "mercadoria" que ao ser consumida gera um valor maior do que seu próprio custo. Em situações desfavoráveis ao trabalho, os capitalistas procuram aumentar o excedente econômico gerado pelo trabalho não pago.

Os direitos trabalhistas consubstanciados nas modernas Constituições são conquistas sociais dos trabalhadores obtidas a custo de muitas lutas. Quando as classes dominantes tentam transformar em lei sua vontade e determinação de explorar sem nenhum limite o trabalho assalariado, a lei, da forma como está posta, o impede.

No Brasil, em particular, a conjuntura mostra-se duplamente desfavorável para os trabalhadores. De um lado, estamos à mercê da onda mundial onde a desregulação transformou-se na principal palavra de ordem. De outro lado, o governo FHC descarregou sobre o trabalho todo o peso do ajuste econômico levado a cabo pelo Plano Real.

Neste contexto, "o discurso do governo e dos empresários tem dois eixos básicos. O primeiro relaciona a possível criação de empregos com a redução do custo do trabalho e com a deterioração dos empregos existentes (contratos temporários, contratos por tempo parcial, cooperativas de trabalho, desemprego temporário, renda variável etc.), buscando, paralelamente, caricaturar os renitentes defensores dos contratos claros e formais, negociados ou legais, como privilegiados ou corporativos. O segundo eixo tenta romper com a tradição que identifica cidadania com o exercício de um trabalho. Nesta tradição, o emprego é um direito do cidadão e, na



Argentinos em defesa do trabalho

sua ausência, cabe ao Estado assegurá-lo. Agora empresas e Estado buscam se liberar dos encargos com o emprego e fazem do desemprego uma responsabilidade individual do próprio desempregado" como denuncia o professor Jorge Mattoso, da Unicamp, em seu livro *O Brasil Desempregado*.

Todo o arcabouço jurídico de defesa do trabalho atualmente existente é o resultado de um longo processo de evolução do pensamento jurídico e social. Encontraremos sua origem no século passado, no poderoso movimento sindical da Inglaterra, que deu origem à Justiça do Trabalho, ao Partido Trabalhista e que generalizou a criação de organizações políticas trabalhistas. Encontraremos a origem da Justiça do Trabalho em doutrinadores como John Stuart Mill que, diante da constatação de que o *laissez-faire* em nada havia contribuído para a melhoria das condições de vida dos grupos mais pobres da sociedade, postulava que a distribuição da riqueza depende fundamentalmente das leis e costumes da sociedade. Encontramos, finalmente, na doutrina social da Igreja, através de encíclicas, como a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, publicada em 15 de maio de 1891, e *Mater et Magistra*, de João XXIII, de 1961.

Mudanças na atual legislação trabalhista podem e devem ser feitas, na medida em aperfeiçoem e ampliem os direitos sociais do trabalho e a defesa dos segmentos sociais mais vulneráveis da sociedade. O que não se pode admitir é o movimento atual, cujo único objetivo é descartar a atual legislação sem colocar nada em seu lugar.

*deputado federal PCdoB/SP e presidente da Comissão de Assuntos Trabalhistas e Previdenciários do Parlatino

Esquerda unida na América Latina

Nos dias 24 e 25 de julho reuniu-se em São Paulo o Grupo de Trabalho do Fórum São Paulo - uma articulação de partidos de esquerda e democráticos da América Latina e Caribe integrada, entre outros, pelo PCdoB. A reunião marcou os 10 anos de fundação do Fórum São Paulo e reafirmou "os objetivos de continuar a luta por um projeto alternativo ao neoliberalismo na América Latina".

Após informes da conjuntura política do México, Guatemala, Cuba, Colômbia, Uruguai, Nicarágua e Brasil, o grupo se pronunciou sobre a grave situação política, econômica e social da Colômbia,

Peru, Cuba, Equador e Haiti, posicionou-se contrário aos acordos militares entre o Brasil e os Estados Unidos e denunciou a situação dos presos de La Tablada, na Argentina.

A reunião reafirmou a importância de continuar o trabalho no plano regional, reforçando a intervenção do Fórum nas diferentes regiões da América Latina. Decidiu criar uma página na Internet, realizar um Seminário sobre as Perspectivas do Fórum aos 10 anos de sua fundação, em novembro, e reafirmou a realização do próximo encontro, de 25 a 27 de abril de 2001, na Guatemala.

FORMAÇÃO

Recado de um velho mestre

SÉRGIO MIRANDA*

A Universidade de São Paulo prestou justa homenagem ao professor Celso Furtado que, durante o evento, salientou que o problema fundamental do país é político: há falta de vontade para superar o impasse em que o país se encontra.

Durante os últimos anos, por meio de manobra bem urdida, fruto de uma essência ideológica - o neoliberalismo -, tentou-se vender a falsa tese da supremacia da economia sobre a política; como se as orientações econômicas de cada país dependessem única e exclusivamente de um modelo predeterminado, do qual não se poderia afastar, já que estas regras seriam universais. É verdade que esta grande mentira foi acobertada por setores sociais interessados na viabilização daquele modelo. Quando Celso Furtado salienta que a raiz da crise é política e sua solução passa inevitavelmente pela política, dá, sem dúvida, uma grande contribuição para o debate em curso.

É verdade que se galvanizou a sociedade com o mito do combate à inflação, encobrindo o interesse do capital, na sua forma dinheiro, que vê a inflação como seu principal adversário, porque corrói o valor da moeda. Transformaram o combate à inflação no grande mérito da distribuição de renda, como em uma batalha a favor dos pobres. Mesmo a indicação de uma melhora no poder aquisitivo dos mais pobres deste país, que se deu logo após a implantação do Plano Real, deveu-se muito mais a uma fase de crescimento da economia que havia no país quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência - crescemos em 1994 algo em torno de 6% -, ao crescimento do salário mínimo acima da inflação no ano de 95, do que ao impacto do modelo de combate à inflação desencadeado pelo Plano Real.

Qual o custo desse combate à inflação? Crescimento estratosférico da dívida interna, aumento da nossa dependência ao fluxo de capitais externos, crescimento do desemprego, baixo nível de crescimento da economia... custos encobertos pela propaganda oficial.

A saída proposta pela elite nacional, que se inicia no último período do governo Collor, teve também uma base política encoberta pela ilusão de que a economia resolve tudo. A base política é um pacto das elites nacionais. Assustadas com a possibilidade de vitória de um candidato opositor em 1989, fizeram com que se forjasse no nosso país uma ampla unidade das classes dominantes, que teve por base, além desse medo, uma política predatória do Estado nacional, através do processo de privatização.

Quais os pontos que poderíamos elencar num projeto de alternativa ao atual modelo implantado no país? Começaria por um ponto básico: o reforço da auto-estima nacional e a reconstrução da identidade nacional. O discurso oficial de valorização da globalização, retirando os aspectos políticos da globalização e a situando apenas em meras transformações de ordem econômica, fez com que a identidade nacional e a auto-estima ficassem profundamente prejudicadas.

Construiu-se neste país uma grande nação que pode superar suas dificuldades. Sua base é um povo que lutou pela democracia, pela sua liberdade e que se vê hoje dominado por elites perversas que não têm o menor sentido de nação. Esse é um aspecto fundamental que deveríamos alertar: todo o projeto alternativo tem de partir da reconstrução da identidade nacional e do crescimento e afirmação da auto-estima do povo brasileiro.

Qual é o outro aspecto fundamental? Segundo Celso Furtado, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos



Furtado: compromisso com o Brasil

de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões. Esse programa tem de partir do alargamento da democracia. Vivemos uma democracia de fachada, meramente formal. O Congresso funciona influenciado basicamente pelas teses do governo federal, que aqui aprova seus projetos sem debate, sem discussão. O Poder Judiciário decide sob a coação de que, caso determinada proposição fira os interesses da cúpula do governo e caso este seja derrotado naquele processo, o país será levado a um grande caos econômico. Esta situação mereceu um pronunciamento revoltado de um ministro do Superior Tribunal de Justiça, quando disse que as decisões do Poder Judiciário devem se basear na Constituição e nas leis e não na situação do Tesouro Nacional.

Vivemos um processo de alteração do regime político que diz respeito não apenas à forma de governo, mas que se baseia nas restrições democráticas. Os pontos fundamentais da chamada reforma política estão contidos nas constituições espúrias outorgadas pelo regime militar. Não se pretende avançar na democracia, mas retroagir, por meio da instituição da cláusula de barreira, da restrição ao funcionamento dos pequenos partidos, da mudança do sistema eleitoral.

Celso Furtado, na palestra na USP, disse que, se admitirmos que o nosso objetivo estratégico é conciliar uma taxa de crescimento elevada com a absorção do desemprego e da desconcentração da renda, teremos de reconhecer que a orientação dos investimentos não pode subordinar-se à racionalidade das empresas transnacionais. Ora, se é essencial a democracia para a criação de uma alternativa, esta terá condições de se manifestar para levar à defesa dos interesses da maioria. Hoje, o interesse da maioria implica um modelo de desenvolvimento econômico voltado para o crescimento, para o mercado interno e para a satisfação dos interesses da grande maioria do povo brasileiro.

O modelo econômico desenvolvido pelo governo federal não cumpre esse objetivo. Aprovamos um PPA cuja marca foi a falsa propaganda dos investimentos de 1 trilhão, 136 bilhões de dólares, que traz no seu bojo os chamados Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Ali sim, investimentos serão efetivamente realizados, para satisfazer os interesses de determinado grupo de grandes empresas transnacionais no seu processo de integração externa.

Quero salientar a importância da homenagem ao professor Celso Furtado. Homenagem ao pensador do Brasil, à figura humana, ao seu comportamento íntegro, ao seu compromisso fundamental com as suas raízes, no Nordeste, na Paraíba e em Pernambuco. Homens como Celso Furtado dignificam a nação brasileira. Seu exemplo deve ser seguido, lembrado, aplicado; porque serão, sem dúvida nenhuma, as teses defendidas pelo professor Celso Furtado, o caminho do povo brasileiro, da oposição deste país, para construir uma alternativa a este modelo insensível, perverso socialmente, amoral, antipovo e que não dá lugar a nenhuma alternativa.

*deputado federal (MG) e líder do PCdoB na Câmara, pronunciamento feito dia 16/6/2000

FICHA DE LEITURA

Que fazer? – Lenin

Obras Escolhidas, V. 1, Alfa-Omega

LORETA VALADARES

Texto & Contexto

Não é fácil ler o *Que Fazer?* Escrito de forma apaixonada e com espírito polêmico, bem ao estilo de Lenin, o texto encerra todo um programa de construção de partido e formas organizativas em determinadas condições históricas, ao tempo em que formula princípios gerais de concepção de um partido revolucionário. Para não se ter uma leitura dogmática de o *Que Fazer?* é preciso colocá-lo historicamente, entender as forças em luta, os jornais da época e os agrupamentos envolvidos. Lenin escreveu o *Que Fazer?* em meio a uma acirrada luta político-ideológica, principalmente contra os economicistas, entre o outono de 1901 e janeiro de 1902, sendo publicado em março de 1902 em Stuttgart, Alemanha.

O texto responde a problemas concretos, daí a citação de fatos, pessoas, debates, quase pressupondo um conhecimento prévio do leitor da situação política da Rússia czarista e das forças em luta. Por isso, ao situar o contexto da época, vamos fazer uma espécie de glóssário para explicar alguns termos usados no texto.

Todas as definições de termos, porque sucintas e tiradas a esmo dos textos, se não acompanhadas de uma leitura mais ampla e do esforço de situá-las historicamente, correm o risco do reducionismo. Portanto, não basta ficar nas definições. É preciso ler o texto inteiro.

No *Prefácio* Lenin explica como e porque escreveu o *Que Fazer?* Assinale quais foram seus objetivos.

Os jornais

Iskra (A Centelha), primeiro jornal clandestino de toda a Rússia, fundado por Lenin no exterior e enviado secretamente ao país. *Iskra* desempenhou importante papel no processo de coesão ideológica dos socialistas-democratas russos e na unificação das diversas organizações socialistas-democratas dispersas, em um partido marxista revolucionário. Depois da divisão do partido em bolcheviques e mencheviques (segundo Congresso do Partido Operário Social-democrata Russo – POSDR, em 1903) os mencheviques tomaram o *Iskra*, que passou a chamar-se *Nova Iskra*, deixando de ser um jornal revolucionário.

Rabótcheie Dielo (A Causa Operária) – revista da União dos Socialistas-democratas Russos no estrangeiro, editada em Genebra entre abril de 1899 e fevereiro de 1902. O jornal, centro teórico-político do economicismo no exterior, apoiava a concepção

bersteiniana de “liberdade de crítica” ao marxismo, tomando posições oportunistas em questões da tática revolucionária e da organização dos socialistas-democratas russos, bem como negando o papel revolucionário dos camponeses. No II Congresso do POSDR os adeptos deste jornal representavam a ala direita do partido.

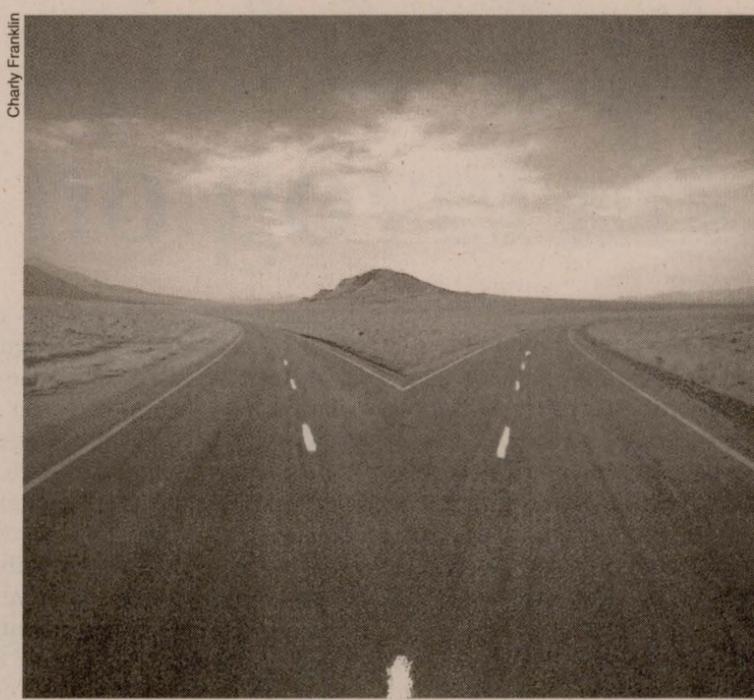
Rabótchaia Gazeta (Jornal Operário) – órgão clandestino dos socialistas-democratas de Kiev. Foram publicados somente 2 números. O I Congresso do POSDR (março de 1898) reconheceu o jornal como órgão oficial do partido. O terceiro número não saiu porque membros do Comitê Central e da redação foram presos. Em 1899 tentou-se renovar sua publicação. No capítulo V, item a) do livro *Que Fazer?* Lenin discute esta tentativa.

Rabótchaia Misl (Pensamento Operário) – jornal dos economicistas, publicado entre outubro de 1897 até dezembro de 1902. Lenin, em *Que Fazer?*, critica as posições do jornal, considerando-as como uma variante russa do oportunismo internacional.

Os grupos

Grupo Emancipação do Trabalho – primeiro grupo marxista russo fundado por Plekhánov, na Suíça, em 1883, teve importante papel na propaganda do marxismo na Rússia, combatendo o populismo e assentando as bases para o desenvolvimento do movimento social-democrata na Rússia. No movimento internacional o grupo representou a social democracia russa desde o primeiro congresso da II Internacional, realizado em Paris, 1889. No entanto o grupo caiu em sérios erros ao superestimar o papel da burguesia liberal e subestimar o papel revolucionário dos camponeses. Tais erros foram o germe dos futuros pontos de vista mencheviques, defendidos por Plekhánov e outros. Lenin considerava que o *Emancipação e Trabalho* apenas “lançou os fundamentos teóricos da social democracia e deu o primeiro passo ao encontro do movimento operário” (In: *A Luta Ideológica no Movimento Operário*).

União de Luta pela Emancipação da Classe Operária – organizada por Lenin no outono de 1895, agrupava cerca de 20 círculos marxistas de Petesburgo. Em dezembro de 1895 Lenin e vários militantes da União foram detidos e confiscado o primeiro número do jornal *Rabótcheie Dielo* (que, reeditado em 1899, veio a ser o porta-voz dos socialistas-democratas no estrangeiro, tendo sua redação aderido ao *bersteinianismo* e a posições *economicistas*). Da prisão, Lenin continuou a dirigir a União através de escritos e panfletos cifrados. Foi nessa época que escreveu a brochura *Sobre as Greves* e o *Projeto e Explicação do Partido*



Social-Democrata. Para Lenin, a *União de Luta* representou o germe do partido revolucionário apoiado no movimento operário. Como Lenin e vários outros fundadores da *União de Luta* ficaram muito tempo na Sibéria, idéias oportunistas e economicistas começaram a influenciar a *União de Luta*, principalmente através do jornal *Rabótchaia Misl*, cujos partidários tomaram a direção da *União de Luta* a partir da segunda metade de 1898.

União dos Socialistas-Democratas Russos no Estrangeiro – fundada em 1894, por iniciativa do grupo *Emancipação do Trabalho*. O I Congresso do POSDR (março de 1898) reconheceu a *União* como representante do partido no exterior. Mais tarde, predominaram na *União* os economicistas, caracterizados por Lenin como oportunistas, que com eles travou acirrada luta. No seu II Congresso (abril, 1900, Genebra) houve uma cisão e foi criada uma organização revolucionária independente a *Sotsial-Demokrat*, que a partir de outubro de 1901, por proposta de Lenin, fundiu-se à seção estrangeira da organização do *Iskra*, formando a *Liga da Social Democracia Revolucionária no Estrangeiro*, com o objetivo de contribuir na criação de uma organização social-democrata de combate. O II Congresso do POSDR (1903, Bruxelas e Londres) reconheceria a *Liga* como única representante do partido no exterior, mas já aí, neste Congresso, dava-se a cisão em torno da tática e da organização do partido entre os *bolcheviques* – (maioria) – partidários de Lenin e da orientação *iskrista* – e os *mencheviques* (minoridade) – partidários das posições oportunistas, que embora minoritários, continuaram atuando dentro do partido e das organizações no estrangeiro, entrenchando-se na *Liga*, que, em outubro de 1903, aprovou novos Estatutos, contrários aos adotados pelo II Congresso do partido. A *Liga* passou então a ser baluarte dos *mencheviques* no estrangeiro, continuando a atuar até 1905.

Note que este roteiro caracteriza apenas alguns dos mais importantes grupos e jornais. A luta ideológica era intensa, em meio à dura batalha política e o enfrentamento à repressão czarista. A radicalidade histórica colocava diretamente na ordem do dia o que fazer – quais as tarefas e quais os objetivos da luta revolucionária – questões candentes, em torno das quais se posicionavam os agrupamentos.

Ao longo do texto você vai “sentir” o espírito e o clima febril de luta e compreender como podiam surgir e ressurgir correntes aparentemente derrotadas.

Siga com cuidado as notas explicativas. Elas permitem um acompanhamento cronológico dos acontecimentos.

As correntes

Bersteinianismo – corrente representativa das idéias do alemão Eduard Bernstein (1850-1932) que ingressara no Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães em 1871, tornando-se marxista sob a influência de Marx e Engels, a partir de 1880. Mas, entre 1896 e 1898, publica uma série de artigos em que se propõe a rever aspectos do marxismo que considerava “superados” e “não científicos”, dando origem, assim, à concepção revisionista do marxismo, exposta de forma mais acabada em *Os Pressupostos do Socialismo e as Tarefas da Social Democracia*, (1899) que vem a ser a principal obra do revisionismo clássico. Importantes questões do marxismo são negadas como o crescimento da concentração industrial e a intensificação das crises econômicas, a pauperização crescente do proletariado, argumentando a favor do “avanço constante” da classe operária e rejeitando a teoria da luta de classes, daí a não necessidade da revolução e sim das reformas graduais no seio do capitalismo. Como consequência, também não seria

necessário um partido revolucionário, mas um “partido socialista, democrático, de reforma”. É de Bernstein a fórmula “o movimento é tudo, o objetivo final é nada”. Apesar da intensa luta que se travou no seio do Partido Social-democrata da Alemanha, principalmente por parte de Bebel e Rosa de Luxemburgo, e das críticas aprovadas pelo partido à concepção revisionista de Bernstein, suas idéias continuaram circulando, atingindo todo o movimento social-democrata internacional. Lenin, em *Que Fazer?*, critica cabalmente o *bersteinianismo*, matriz do *economicismo*, e das concepções revisionistas posteriores.

Marxismo Legal – interpretação crítica e acadêmica do marxismo, desenvolvida no seio da intelectualidade liberal burguesa da Rússia, no final do século passado. Seus principais expoentes – Struve e Frank – dizendo-se partidários do marxismo, limitavam-se a utilizá-lo como teoria explicativa da evolução da história, especialmente enfatizando o papel progressista do capitalismo na passagem da sociedade feudal para a capitalista. Para Struve o objetivo do marxismo legal era “proporcionar uma justificação do capitalismo”. Os marxistas legais não entendiam o marxismo como ideologia mobilizadora da classe operária, mantiveram-se afastados das organizações políticas da social democracia, pregando, de certa forma, o abstencionismo político. Mas exerceram grande atividade intelectual, principalmente através da imprensa legal. Em 1902 Struve assumiu a direção da primeira revista liberal da Rússia.

Economicismo – Lenin desenvolve este conceito em vários artigos escritos entre 1899 e 1902, para designar os grupos que atuavam no movimento social-democrata russo separando as lutas políticas das lutas econômicas e dando ênfase às econômicas. Para Lenin, representavam as idéias de Bernstein no seio da social democracia russa. Definindo o economicismo como uma “tendência à parte” no movimento social-democrata, Lenin atribuiu-lhe as seguintes características: vulgarização do marxismo; limitação da luta e da agitação política; incompreensão da necessidade de criar “uma organização forte e centralizada de revolucionários”. Em o *Que Fazer?* Lenin criticou polêmica-mente o economicismo, caracterizando-o como uma corrente oportunista que não compreendia o papel do elemento consciente no movimento espontâneo, limitando-se a uma atitude de “subserviência à espontaneidade”.

Para a elaboração destas notas, além de o *Que Fazer?*, utilizou-se como fonte o *Dicionário do Pensamento Marxista*, de Tom Bottomore, Zahar, RJ, 1988.

A EXCLUSÃO DA CLASSE MÉDIA



A igualdade é pressuposto básico da democracia, que, sem ela, não tem condições de sobreviver. Parece primário, mas a tese é ampla e, com oportunidade, pode ser colocada na atualidade do Brasil. Segundo estudo recente do Bird (Banco Mundial), existe entre nós uma espécie de desesperança crônica que prejudica o desenvolvimento sustentável e, de certa forma, enfraquece a democracia.

Na última edição da revista *Veja*, o colunista Sérgio Abranches, em artigo intitulado Pessimismo econômico, traz números que deveriam contradizer essa desesperança. Mas ele mesmo reconhece que existe um sentimento de mal-estar econômico tão real quanto a queda da inflação. Que esse desconforto vem do medo do desemprego, das dificuldades para saldar compromissos, da frustração de planos de consumo. Seu artigo finaliza com algum otimismo, dizendo que aos poucos os brasileiros voltarão a ter melhores perspectivas. Uma conclusão com a qual não posso concordar integralmente, sobretudo diante de um governo atual tão distante e indiferente à opinião pública. A longo prazo, números podem resolver e apenas parte da questão. Para a reversão de expectativas para um futuro melhor são necessárias algumas mudanças fundamentais na condução da política econômica. A desesperança não é gratuita e remonta a várias turbulências em que se jogou a nação.

A verdade é que não se pode simplesmente esquecer o passado. Desde o golpe de 64, o país vem sofrendo alternâncias de crises, de confiscos e desilusões. Depois de toda a opressão imposta pelo regime militar, os brasileiros sofreram uma série de golpes frustrantes na economia, desde a crise do México, a moratória, os planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor, fechando o ciclo com a desvalorização cambial do ano passado. E tudo isso dentro de duas décadas de atraso, onde o PIB cresceu apenas pouco mais de 0,2% ao ano. Nossa distribuição de renda agravou-se ainda mais, a ponto de ser considerada uma das piores do mundo. Serão explicações razoáveis?

A meu ver, como já escrevi em artigo do mês passado, ocorreu uma espécie de deterioração do sentimento de na-

cionalidade. Admito também, agravada por uma ruptura nas regras do jogo cooperativo entre os três parceiros da economia: os trabalhadores, os empresários e o governo. É nesse sentido o artigo do deputado Delfim Netto, publicado no jornal *Valor* (11.07.00), que afirma: "É preciso construir instituições que, sem prejudicar a eficiência, garantam aos trabalhadores uma realidade participativa, uma faceta fundamental da aspiração por 'igualdade' que persegue o homem. A sobrevivência da democracia exige que eles se percebam parte integrante e respeitada do processo de crescimento da sociedade e não seres alie-

nados para os quais o desenvolvimento material e a liberdade são irrelevantes." A seguir afirma ser preciso dar ao cidadão perspectivas de cooperação como parceiros, de liberdade criativa e de relativa igualdade. Essas funções seriam das empresas, mas cabe ao governo criar o ambiente estimulador para esse novo conjunto de regras, o que permitiria a competição sem a perda da perspectiva. E termina seu artigo com um alerta: "Crescimento pela competição num regime democrático é o nome do jogo. Mas é preciso cuidado e sensibilidade, porque o fundamentalismo

mercadista pode fazer muita coisa, mas não pode garantir a relativa igualdade entre os indivíduos, um valor que eles jamais deixarão de perseguir."

Vou além e acrescento que para essa tarefa de administração do jogo não se pode contar com o atual governo, não só pela sua falta de sensibilidade, como também pelo fato de ser ele, o governo, o principal foco de desestabilização econômico-social. O que concorre para tanta desilusão não são só os espetáculos a que estamos assistindo de corrupção, impunidade, irresponsabilidade generalizada. A perda do sentimento de nacionalidade tem muito a ver com a desnacionalização da nossa economia, com a invasão de empresas estrangeiras, numa espécie de demonstração prática de que o brasileiro é incapaz de gerenciar e produzir, devendo se restringir apenas à função de rentista, como se dizia no século 19.

Todo esse processo provocou a exclusão da classe média do debate e do cenário econômico. Mandaram-na deixar suas empresas para mãos mais eficientes e que fosse viver de aluguel. O governo atual, com essa política, sinalizou com clareza que o Brasil não terá grandes empresas de expressão internacional, não terá suas multinacionais. Não estará aí, justamente nessa política de alienação patrimonial, uma das principais razões da desesperança e do pessimismo atual do brasileiro?

Por tudo isso, quando leio ou ouço esses apanágios antigos do liberalismo como o do Estado fraco, da globalização, da mão invisível, fico imaginando qual será a reação da opinião pública quando afinal acordar e perceber que lhe tiraram tudo e sequer restou o aluguel. Será que teremos de esperar e pagar para ver chegar esse momento trágico? Não será melhor que, sobretudo como obrigação da maior parte dos formadores de opinião, se comece logo a reagir e a defender os legítimos interesses nacionais?

Barbosa Lima Sobrinho

PCdoB lamenta morte de Barbosa Lima Sobrinho

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, manifesta seu pesar pela morte do jornalista Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL).



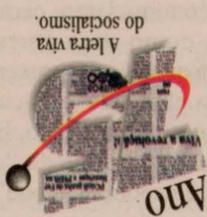
Barbosa Lima Sobrinho costumava dizer que o Brasil tem dois partidos: o de Tiradentes, ao qual ele pertencia juntamente com todos aqueles que lutam pelo país, e o de Joaquim Silvério dos Reis, onde estão os traidores da pátria. Na década de 30 foi eleito deputado federal por Pernambuco. No Congresso, foi contrário à cassação dos mandatos do Partido Comunista do Brasil, que teve o registro cancelado em meio à histeria anticomunista da Guerra Fria, em janeiro de 1948. Foi governador de Pernambuco. Em 1973, foi "anticandidato" à vice-presidência da República, na chapa de Ulysses Guimarães, pelo MDB, num ato de resistência à ditadura militar, que impôs o general Ernesto Geisel como chefe de governo. Os dois candidatos da oposição usaram a eleição indireta para denunciar o autoritarismo. Em 1992, foi designado, pelos partidos de oposição e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como o primeiro signatário do pedido de impeachment do presidente Fernando Collor. Fez parte do

grupo que foi a Brasília entregar o documento ao Congresso.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, opôs-se às privatizações de empresas estatais e acusou o governo de desnacionalizar a economia e vender o patrimônio público a preço vil. Em 1996, foi autor de algumas das ações judiciais que contestaram a venda a particulares da Companhia Vale do Rio Doce, considerada por ele um ato criminoso. "A convicção fundamental que guiou minha vida é o nacionalismo. O Brasil não deve se dobrar a potências estrangeiras", afirmou, já aos 103 anos de idade. Em seu último texto, publicado em 16 de julho, dia de sua morte, ele criticou o governo de Fernando Henrique Cardoso, afirmando: "Não se pode contar com o atual governo, não só por sua falta de sensibilidade, como também pelo fato de ser ele, o governo, o principal foco de desestabilização econômico-social".

Os comunistas rendem sua homenagem a esse brasileiro que honrou a luta de nosso povo por uma vida digna, livre e soberana.

Direção Nacional do Partido
Comunista do Brasil



IMPRESSO
CDM
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adonirain Barbosa, 53 - Bela Vista
Tel: 011-3104-4140

A CLASSE OPERÁRIA